

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

FRANCILVA COSTA DE FRANÇA

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA: um estudo sobre
o contexto da prática no Curso de Pedagogia da UFMA

São Luís
2021

FRANCILVA COSTA DE FRANÇA

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA: um estudo sobre
o contexto da prática no Curso de Pedagogia da UFMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação/Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação

Orientador: Prof. Dr. Angelo Rodrigo Bianchini

Linha de Pesquisa: História, Políticas Educacionais, Trabalho e Formação Docente.

São Luís
2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

França, Francilva Costa de.

Políticas de Formação de Professores a Distância: um estudo sobre o contexto da prática no Curso de Pedagogia da UFMA / Francilva Costa de França.- 2021.

110 p.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Rodrigo Bianchini.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação/CCSO, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

1. Contexto da prática. 2. Educação à distância. 3. Estado. 4. Formação docente. 5. Políticas. I. Bianchini, Prof. Dr. Angelo Rodrigo. II. Título.

FRANCILVA COSTA DE FRANÇA

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA: um estudo sobre
o contexto da prática no Curso de Pedagogia da UFMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação/Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Angelo Rodrigo Bianchini (Orientador)

Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof.^a Dr.^a Maria José Pires Barros Cardoso (Examinadora)

Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. Acildo Leite da Silva (Examinador)

Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão

À Deus e a toda minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, amor supremo e pela oportunidade de chegar até aqui e por ter me enchido de amor e de esperança. Pois até aqui me ajudou o Senhor!

Aos meus pais Maria Ivanilde e Antônio pelo incentivo constante, dando-me apoio através de suas orações, palavras de incentivo, motivação e até mesmo suporte financeiro quando eu mais precisei. Obrigada meu pai por ter me feito enxergar que as pessoas por mais qualificadas que sejam são seres humanos iguais a mim, e no dia que você me falou isso, a minha vida mudou completamente e consegui enxergar o mundo de outra forma, sem medo e que poderia “sim” me tornar uma professora universitária que era algo que sempre sonhei e hoje, estou me transformando nesta pessoa simplesmente por que você é “meu pai”.

As minhas irmãs Antônio, Francinete, Francilene e Fernanda, pelas orações e incentivos constantes, pois cada uma a sua maneira deu sentido a este trabalho. E ao meu irmão Fábio Gomes que mesmo distante torceu por mim.

Aos meus sobrinhos Sarah Letícia, Lucas, Paulo César, Ruth, Kézia, Alícia, Gabriel e Rafaela por serem minha fonte de inspiração para seguir em frente.

Ao Prof. Dr. Acildo Leite da Silva e a Prof.^a Dr.^a Maria José pelas contribuições e orientações durante o processo de qualificação que deram suporte para conclusão desta pesquisa.

E meu agradecimento especial para a Scarlet Cristina Silva Sousa pelas palavras de incentivos, trocas de experiências e ensinamentos compartilhados que me fizeram crescer e ter forças para prosseguir. Obrigada por me ensinar que as vezes soltar uns palavrões faz bem pra alma e por ter provado em tão pouco tempo que existem amigos que são pra toda vida.

Ao meu orientador o Prof. Dr. Angelo Rodrigo pela paciência, ensinamentos e orientações que deram suporte para a concretização desta dissertação, foram cruciais para ampliar ainda mais o meu “capital cultural”.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) que repassaram ensinamentos valiosos para Turma 18. E a todos os amigos que de alguma forma colaboram para esta conquista e vibraram pela minha vitória.

O conselho da sabedoria é: Adquire a sabedoria; use tudo o que você possui para adquirir conhecimento.

Provérbios 4:7.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as políticas de formação docente a distância e suas implicações para o contexto da prática no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão através da Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED). Para tanto, apresentamos uma análise sobre as políticas educacionais para a modalidade de EAD, a partir da prerrogativa adotada pelo Estado sobre o seu papel para a universalização e democratização da Educação Superior, destacando ainda a estrutura e o funcionamento do núcleo a distância da UFMA. Em seguida, abordar-se as concepções dos professores sobre o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) e aos aspectos pedagógicos, de comunicação, recursos humanos, infraestrutura, gestão acadêmico-administrativa e sustentabilidade financeira do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade a distância, levando em consideração o contexto da prática do ciclo de políticas. O percurso metodológico segue com base numa pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa e descritiva, seguido de análise de discurso, pautados no ciclo de políticas criada por Ball e Bowe (1996), tendo como referência as concepções apresentadas por Alonso (2010), Bastos Filho (2010), Becker (1993), Belloni (2012), Delors *et.al.*, (1998), Demo (1994; 1997), Dias Sobrinho (2010), Freitas (2007), Garcia (2011), Giolo (2008; 2010), Mainardes (2006; 2018), dentre outros autores. Os resultados preliminares, demonstram que as políticas públicas para o ensino a distância vêm recebendo atenção ao longo dos anos, primando sua oferta nos mais variados níveis de ensino e/ou na educação profissional. E a formação docente neste instante, conforme observada na legislação brasileira e no Projeto Pedagógico Curricular (PPC), do Curso de Pedagogia a distância da UFMA, tem percebido as contribuições da EaD no processo formativo dos profissionais de educação. Portanto, é neste cenário inovador que a EaD é vista como uma ferramenta capaz de colaborar na escolarização da população podendo ser uma aliada para melhorar a qualidade da educação, a formação de professores e demais profissionais da educação, na expansão e democratização do Ensino Superior no Maranhão.

Palavras-chave: Contexto da prática. Educação a distância. Estado. Formação docente. Políticas.

ABSTRACT

This research aims to analyze the policies of distance teacher training and its implications for the context of practice in the Course of Pedagogy Degree of the Federal University of Maranhão through the Directorate of Technologies in Education (DTED). To this end, we present an analysis on educational policies for the EAD modality, based on the prerogative adopted by the State on its role for the universalization and democratization of Higher Education, highlighting also the structure and the operation of the nucleus at a distance from the UFMA. Next, to address the teachers' conceptions about the Curricular Pedagogical Project (PPC) and the pedagogical, communication, human resources, infrastructure, academic management administrative and financial sustainability of the Degree Course in Pedagogy in the distance mode, taking into account the context of the practice of the policy cycle. The methodological path follows based on a bibliographic and documentary research with a qualitative and descriptive approach, followed the discourse analysis, based on the policy cycle created by Ball and Bowe (1996), having as reference the conceptions presented by Alonso (2010), Bastos Filho (2010), Becker (1993), Belloni (2012), Delors et.al., (1998), Demo (1994; 1997), Dias Sobrinho (2010), Freitas (2007), Garcia (2011), Giolo (2008; 2010), Mainardes (2006; 2018), among other authors. The preliminary results demonstrate that public policies for distance learning have received attention over the years, prioritizing their offer in the most varied levels of education and/or in professional education. And the teacher training at this moment, as observed in the Brazilian legislation and in the Curricular Pedagogical Project (PPC), of the distance Pedagogy Course of UFMA, has noticed the contributions of the Ead in the training process of education professionals. Therefore, it is in this innovative scenario that Ead is seen as a tool capable of collaborating in the schooling of the population and can be an ally to improve the quality of education, the training of teachers and other education professionals, in the expansion and democratization of Higher Education in Maranhão.

Keywords: Context of practice. Distance education. State. Teacher training. Policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Marcos Regulamentários.....	32
Quadro 2 - Instrumentos de Credenciamento.....	40
Quadro 3 - Historicidade da EaD na UFMA.....	50
Quadro 4 - Eixo formativo sobre os fundamentos sócio-históricos e político- culturais da educação.....	65
Quadro 5 - Eixo formativo sobre políticas e gestão de sistemas educacionais, escola e organização do trabalho pedagógico.....	67
Quadro 6 - Eixo formativo sobre aprofundamento em áreas específicas e estudos independentes.....	72
Quadro 7 - Aspectos da qualidade em educação no Ensino Superior.....	80
Quadro 8 - Critérios para formulação do plano de mídias.....	83

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Número de matrículas em cursos de graduação em licenciatura, por modalidade de ensino (2008 – 2018).....	26
Tabela 1 - 15 maiores cursos de graduação em licenciatura em número de matrículas – 2018.....	43
Figura 1 - Polos de Apoio Presencial UAB.....	57
Figura 2 - Dimensões Formativas.....	60

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE	- Atendimento Educacional Especializado
Art.	- Artigo
AVA	- Ambiente Virtual de Aprendizagem
BM	- Banco Mundial
BRASILEAD	- Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e a Distância
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCSO	- Centro de Ciências Sociais
CF	- Constituição Federal
C.H	- Carga Horária
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CONSEPE	- Conselho de Pesquisa e Extensão
CP	- Conselho Pleno
DCN	- Diretrizes Curriculares Nacionais
DTED	- Diretoria de Tecnologias na Educação
EAD	- Educação a Distância
EduTECH	- Núcleo de Tecnologia Educacional
E-PROINFO	- Ambiente Colaborativo de Aprendizagem
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FUNDEF	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IES	- Instituição de Ensino Superior
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	- Ministério da Educação
MDE	- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
nº	- Número
NEAD	- Núcleo de Educação a Distância
NEAD-Saúde	- Núcleo de Educação a Distância para Cursos da área da Saúde

NECAD	- Núcleo de Educação Continuada e a Distância
NEAD-UFMA	- Núcleo de Educação a Distância da Universidade Federal do Maranhão
NT	- Núcleo Temático
NTI	- Núcleo de Tecnologia de Informação
NTIREAD	- Núcleo de Tecnologias da Informação, Redes e Educação a Distância
PARFOR	- Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PNE	- Plano Nacional de Educação
PPP	- Projeto Pedagógico Curricular
PROINFO	- Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PROUNI	- Programa Universidade para Todos
SAAP	- Serviço de Apoio e Assessoramento Pedagógico
SEED	- Secretaria de Educação a Distância
s/p	- sem página
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC's	- Tecnologias da Informação e Comunicação
TV	- Televisão
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
UNB	- Universidade de Brasília
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Caminhos teóricos-metodológicos.....	19
1.2	Estrutura da dissertação.....	23
2	POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE A DISTÂNCIA NO BRASIL.....	25
2.1	A partir da década de 1990.....	27
2.1.1	Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96.....	29
2.2	Pós-LDB.....	31
3	EDUCAÇÃO DISTÂNCIA NA UFMA: implantação de curso de formação de professores	49
3.1	A Diretoria de Tecnologias na Educação da Universidade Federal do Maranhão (DTED/UFMA): funcionamento e estrutura.....	55
3.2	O Curso de Licenciatura em Pedagogia à distância da UFMA: análise do Projeto Pedagógico Curricular (PPC).....	58
3.2.1	Organização e estrutura curricular: fundamentos teóricos-metodológicos....	62
4	O CONTEXTO DA PRÁTICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFMA NA VISÃO DOS DOCENTES COM BASE NO REFERENCIAL DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.....	75
4.1	O Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia à distância da UFMA: o que dizem os sujeitos da pesquisa....	77
4.2	Concepção docente em relação aos aspectos pedagógicos, de comunicação, recursos humanos, infraestrutura, gestão acadêmico-administrativa e financeira.....	81
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERÊNCIAS.....	95
	APÊNDICES.....	105

1 INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD), é uma modalidade educacional em que grande parte do processo de ensino e aprendizagem ocorre em conjunto com as Tecnologias da Informação e Comunicação (notebook, celular, *tablet*, videoconferência, *skype*, AVA, etc.) e tem sido uma alternativa para muitos estudantes que buscam uma oportunidade de formação na educação superior, principalmente em cursos de licenciaturas.

Nesse sentido, as políticas educacionais para a modalidade em EaD vem sendo aprimoradas para assegurar a qualidade do ensino e da aprendizagem como uma “das soluções para enfrentar principalmente o problema da desvantagem educacional que o país sofre, entre outras razões pela sua dimensão geográfica, contradições sociais e questões políticas” (SALVUCCI; LISBOA; MENDES, 2012, p. 54), tornando-se um tema bastante discutido e debatido em relação aos estudos e políticas direcionadas a formação de professores, tanto na fase inicial quanto na formação continuada.

A EAD enquanto uma modalidade de ensino é vista como um fenômeno que vem se expandindo de forma exponencial nos últimos anos e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 têm reconhecido o caráter abrangente e impactante do uso das tecnologias no ambiente escolar através das TIC's (BRASIL, 1996). No art. 80 podemos perceber o grau de relevância da utilização das tecnologias na educação enquanto uma inovação capaz de abranger todos os níveis e modalidades de ensino tanto de forma presencial (sala de aula) e a distância, promovendo experiências e aprendizagens.

Após a LDB de 1996, o Decreto nº 2.494 de 10 de fevereiro de 1998, trouxe consigo um conjunto de informações e interpretações para a definição da educação à distância em que enfatiza esse tipo de ensino, garantindo uma autoaprendizagem mediada por recursos didáticos de diferentes formas quer seja de modo isolado ou combinado com algum meio de comunicação (BRASIL, 1998a).

O processo de expansão da educação através da utilização das tecnologias da informação e comunicação no ambiente escolar foi referenciado no Plano Nacional de Educação (2001-2010), Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001, por meio de metas que retratam o uso das tecnologias em todos os níveis, modalidades

e na formação de professores. Neste documento há um item que faz referência as “Tecnologias Educacionais e a EAD”, mais ao discorrer em relação as melhorias na infraestrutura das instituições de ensino, a lei destaca que é preciso ampliar “as condições para a utilização das tecnologias educacionais em multimídia” (BRASIL, 2001, p. 24).

Nesse sentido, o PNE (2001-2010) não cumpriu de fato suas 22 metas estabelecidas para serem alcançadas até o último ano de vigência do plano, dentre estas 10 versavam exclusivamente sobre educação à distância, mas praticamente possuía caráter quantitativo relacionado a instalação de equipamentos e formação inicial dos professores.

Considerado o marco regulatório da EaD, o Decreto 2.494 de 10/02/1998, revogado pelo Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, ampliou a definição da educação a distância e a relação que esta possui de fato com as TIC's e os sujeitos envolvidos no processo educacional (BRASIL, 2005a). No artigo 1º, o decreto posiciona a educação a distância em três grandes pilares conceituais, cuja primeira faz ênfase teórico sobre a tecnologia como coadjuvante para transformar a própria cultura, posteriormente retrata que o conhecimento não ocorre de forma imediata e ressalta a contribuição de outros tipos de mídias, materiais didáticos e em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs)¹ como dimensões para compreender a EaD.

Outro decreto que segue contribuindo na difusão do ensino a distância é o de nº 5.800 de 8 de junho de 2006. O teor da sua estrutura recai principalmente em relação a necessidade de democratizar o acesso à educação, as tecnologias e a EaD nas instituições públicas de Ensino Superior (BRASIL, 2006a). A partir dessa necessidade, criou-se a Universidade Aberta do Brasil (UAB), tornando até então um sistema que constituiu bases para organizar os consórcios públicos para difundir e ofertar o ensino à distância no Brasil.

Após esse decreto, surge o Novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que diferente do PNE (2001-2010) não estabelece 22 metas, mais somente 20 a serem alcançadas em 10 anos, primando pela formação integral do aluno e na formação continuada do professor,

¹ É um software que contém os mais diversificados tipos de conteúdo disponibilizados de forma online. O AVA é um programa muito utilizado para ofertar cursos e/ou disciplina na modalidade à distância ou semipresencial para acompanhar o estudante no processo de ensino e aprendizagem.

enfatizando a qualificação docente a nível de especialização, mestrado e doutorado, tendo o ensino a distância como parte integrante nesse novo cenário educacional mediado pelas tecnologias (BRASIL, 2014; 2016).

Com o advento da expansão da Educação a Distância e do uso das TIC's, surge o decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, definindo a EaD como,

[...] uma modalidade educacional na qual a mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017a, s/p).

Com base no exposto, nota-se que existe um tripé conceituando a educação à distância, englobando várias vertentes que incidem sobre o processo de ensino e aprendizagem (alunos e professores) mediado pelas tecnologias, além de garantir a qualidade no ensino, na formação de pessoal e na avaliação do processo educacional (BRASIL, 2017a).

Sendo assim, observa-se que inúmeros documentos oficiais foram construídos para assegurar a viabilidade e o crescimento do ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive para a formação de professores e demais profissionais da educação. No Ensino Superior, por exemplo, a EaD vem ganhando espaço na legislação da educação nacional e ao longo da sua trajetória até nos dias de hoje vem passando por um “processo de mudança gradual ou incremental, tanto em sua caracterização, quando pelos aspectos da capacidade do Estado de estabilidade (permanência das políticas) e adaptabilidade (ajuste das falhas)” (LIMA, 2013, p. 117).

Assim, a EAD passou a intensificar sua expansão como uma modalidade para atender as demandas de cursos para formação de professores, principalmente por meio das universidades públicas em que se almeja contribuir na democratização e expansão do Ensino Superior (SOMMER, 2010; BELLONI, 2012).

O crescimento do ensino a distância está vinculado em conjunto com a expansão e o aumento de vagas no Ensino Superior. Para Alonso (2010, p. 1320), falar da expansão da EAD requer destacar dois temas recorrentes: a “democratização do acesso ao ensino superior e a necessidade da formação dos

profissionais da educação, como fator para melhoria da qualidade do ensino fundamental e médio”.

Mesmo com a expansão da EaD através das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), para Sommer (2010), ainda existe alguns entraves que ampliam as desconfiças em relação ao modo como o ensino é ofertado e a forma como os estudantes aprendem nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), além das possibilidades da massificação e a má qualidade de alguns cursos de formação docente.

Conforme Dias Sobrinho (2010, p. 1228-1229), a qualidade da educação “superior tem muito a ver com os lugares relativos dos indivíduos, os compromissos dos grupos numa dada formação social, as concepções de mundo e, particularmente, os papéis que os atores atribuem à educação superior”. Segundo este autor, mesmo levando em consideração a heterogeneidade nas concepções dos indivíduos no modo de enxergar o mundo e a sua formação social, ainda assim não teremos a possibilidade de construir uma educação de qualidade, devido as fragilidades que cercam as políticas educacionais, onde a falta de investimentos tem sido a principal causa.

Para Sommer (2010), formar professores a distância está sendo uma das estratégias mais utilizadas pelas políticas educacionais para ampliar o número de docentes para atuar principalmente na educação básica e tem sido uma alternativa para gerar lucros nas instituições de ensino particular que enxergaram nesse campo uma excelente oportunidade de obter ganhos com o déficit de professores em vários estados brasileiros.

Os cursos de formação de professores a distância, assim como ocorre nos presenciais, precisam estabelecer uma proposta de qualificação docente embasada a um projeto educacional que venha atender todas as peculiaridades desta modalidade de ensino, agregando objetivos capazes de promover uma reflexão epistemológica acerca do processo de formação, levando em consideração como os estudantes tecem e constroem seus conhecimentos (PRETI, 2005; ALMEIDA, 2003).

Com base nesse contexto, a pesquisa teve o objetivo de analisar as políticas de formação de professores a distância buscando apreender como elas foram compreendidas e (re)significadas durante o processo de implementação e desenvolvimento do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal

do Maranhão, tendo como referencial para a análise o ciclo de políticas formulado por Stephen Ball e Richard Bowe (1992), com ênfase no contexto na prática. Busca-se destacar o cenário histórico e atual da Educação a Distância na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED), no decorrer da implantação dos cursos direcionados a formação docente, mais especificamente de Licenciatura em Pedagogia. Analisa-se ainda o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) deste mesmo curso, primando conhecer as concepções dos professores da universidade que atuaram no ensino a distância em relação aos aspectos pedagógicos, de comunicação, recursos humanos, infraestrutura, gestão acadêmico-administrativa e sustentabilidade financeira.

Para formar o cidadão comprometido com a educação é necessário um conjunto de saberes científicos e culturais para favorecer uma formação crítica e perceptiva da ciência enquanto construção social, integrando áreas de conhecimentos com outros saberes culturais afim de fortalecer a relação teoria/prática. Becker (1993, p. 9), descreve a importância do processo formativo do professor como elemento crucial capaz de influenciar a forma de ensinar e aprender, que “[...] faz avançar ou [...] impedir o processo de construção do conhecimento” quando praticado de forma incorreta.

Em relação a essa prerrogativa, Machado (2011, p.7), confirma que a formação do educador “influencia diretamente as ações docentes, o modo de organizar o currículo, escolher os materiais didáticos, planejar as atividades e avaliar os resultados”. Então, verifica-se que a Educação a Distância (EAD), tornou-se uma grande aliada no processo de formação inicial e continuada de inúmeros estudantes, e principalmente dos profissionais da educação que são os principais alvos das políticas públicas.

Portanto, o interesse por essa investigação surgiu a partir de uma experiência na tutoria de um curso de especialização a distância, voltado para a formação de profissionais da educação no ano de 2017 a 2019, tornando possível conhecer as trajetórias e vivências dos alunos no decorrer do curso, o que proporcionou uma convivência com a realidade dos cursos à distância. No decorrer dessa experiência e ao vivenciar vários discursos por parte destes em relação a qualidade, estrutura física, pedagógica, e a forma como o curso estava sendo ofertado “à distância”, surgiu a inquietação de analisar as políticas de formação docente a distância no Brasil e a atuação da Diretoria de Tecnologias na Educação

(DTED) na implementação de cursos de formação de professores, evidenciando também a intenção e os discursos do Estado sobre a universalização e democratização da Educação Superior na EaD, enquanto reflexo das reformas neoliberais.

1.1 Caminhos teóricos-metodológicos

A metodologia desta pesquisa perpassou por várias mudanças até chegar nesta conjuntura. Inicialmente o estudo seria realizado na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), tendo como público-alvo os discentes do 8º período do Curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância (Turma A – 2015), atendidos pelo Núcleo de Tecnologia da Educação (UEMANET), que estavam em processo de conclusão de curso.

Após apresentar a proposta da pesquisa que visava conhecer as concepções epistemológicas na formação docente ofertada pela instituição, buscava analisar como ocorreu esse processo formativo, tendo como base suas trajetórias (experiências e vivências) no decorrer do curso, a coordenação apresentou de modo tímido mais preciso alguns entraves que de fato impossibilitou a realização da pesquisa na IES. Logo, o projeto perpassou por outra readaptação obtendo agora como *locus* da pesquisa a UFMA e os discentes do 5º período do Curso de Pedagogia a distância do Polo de Humberto de Campo – MA atendidos pela Diretoria de Tecnologias na Educação.

A partir deste instante, iniciou-se os preparativos para aplicar os questionários e as entrevistas que seriam realizadas entre os meses de março a abril de 2020, foi quando houve a suspensão do calendário acadêmico² e o

² A Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED/UFMA informa que as atividades dos cursos de graduação a distância, bem como as reuniões presenciais desta instituição estão suspensas, a partir do dia 19 de março de 2020, até segunda ordem, em conformidade com a Portaria nº 190/2020 – MR e com a Instrução Normativa Progep nº 1/2020 que constam na Resolução Nº 1.978/2020-CONSEPE que determina a suspensão do calendário acadêmico e o funcionamento presencial das unidades administrativas, bem como o Ofício no. 02/2020 do Fórum Estadual de Coordenadores de Polo UAB. Fonte: UFMA. **Suspensão do calendário acadêmico**. DTED. 2020. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalUnidade/dinte/paginas/noticias/noticia.jsf?id=55915>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

funcionamento das unidades administrativas foram interrompidos devido a pandemia do COVID-19³.

O percurso metodológico utilizado na elaboração deste estudo, segue com base numa pesquisa bibliográfica e análise documental, perpassando por uma pesquisa exploratória e de estudo de caso com embasamento qualitativo seguido de análise de conteúdo, tendo como referencial teórico-analítico o ciclo de políticas formulado por Ball e Bowe (1992), com ênfase no contexto na prática. O método de análise das políticas educacionais elaborado por Ball e Bowe (1992), sinalizados anteriormente é visto como uma abordagem de natureza complexa e controversa da política educacional caracterizada pela introdução de um ciclo contínuo formado por três principais contextos: o contexto da influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática (MAINARDES, 2018). O contexto da influência envolve a análise das políticas a partir de intenções quer seja do governo, de um departamento educacional, escola, interesse das autoridades locais, dentre outras facetas, onde as políticas venham emergir e que normalmente são iniciadas e o discursos são construídos.

O contexto da produção de texto, compreende os textos políticos e legislativos responsáveis para dar forma à “política proposta”, sendo vista como a base inicial para pôr em prática a política educacional em uma instituição de ensino, por exemplo. E por fim, o contexto da prática, “refere-se aos discursos e as práticas institucionais que emergem do processo de implementação das políticas pelos profissionais que atuam no nível da prática” (MAINARDES, 2006, p. 49). Assim, a abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball e Richard Bowe “é um método para análise de políticas a fim de compreender como elas são formuladas e como são implementadas em diferentes contextos” (GOMES; SOUZA, 2011, p. 1).

Nesse sentido, esta pesquisa se torna relevante por destacar a importância de analisar e conhecer os discursos das políticas de formação docente a distância e a intencionalidade do Estado frente a universalização e democratização do Ensino superior, além de destacar a atuação da Universidade Federal do Maranhão por meio da Diretoria de Tecnologia na Educação (DTED/UFMA), na

³ É um tipo de coronavírus que surgiu na China em outubro de 2019 que pertence a uma família de vírus que causa infecções respiratórias que podem variar de um resfriado comum a doenças mais graves, causando até mesmo a morte (BRASIL, 2020).

implantação de cursos de formação de professores respaldados nas políticas educacionais voltados para a EaD.

A metodologia, Gerhardt e Silveira (2009, p. 11), surge neste instante como um estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, validade e relação com as teorias científicas. Assim, de modo geral, o método “científico compreende basicamente um conjunto de dados iniciais e um sistema de operações ordenadas adequado para a formulação de conclusões, de acordo com certos objetivos predeterminados”. Nesse sentido, as etapas de sua elaboração estão representadas da seguinte maneira:

Na primeira etapa, fez-se uso de uma pesquisa bibliográfica em livros, periódicos, dissertações, teses, artigos, monografias, dentre outros materiais que versem sobre a formação de professores a distância, universalização e democratização do ensino superior pela EAD e os discursos do Estado frente a esta expansão.

A segunda etapa, far-se-á análise documental de algumas políticas de formação docente a distância, tendo como base as contribuições da abordagem do ciclo de políticas elaborada por Ball e Bowe (1992), cujo marco temporal permeou a partir da década da Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB de 1996 até 2017, que são: a Lei nº 9.394/96⁴; Portaria nº 522/97⁵; Decreto nº 2.494/98⁶; Decreto nº 2.561/98⁷; Decreto nº 5.622/05⁸; Decreto nº 5.800/06⁹, Decreto nº 6.755/09¹⁰; Lei, nº 13.005/14¹¹; Decreto nº 8.752/16¹²; Decreto nº 9.057/2017¹³; Portaria Normativa, nº 11/2017¹⁴ e na Grade Curricular do Projeto Pedagógico Curricular (PPC), Portarias,

⁴ Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

⁵ Criou o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) para promover o uso pedagógico de Tecnologias de Informática e Comunicações (TICs) na rede pública de ensino fundamental e médio.

⁶ Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

⁷ Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

⁸ Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

⁹ Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.

¹⁰ Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.

¹¹ Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

¹² Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

¹³ Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

¹⁴ Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância.

Resoluções, Decretos, etc., relacionados ao curso de licenciatura em Pedagogia à distância Universidade Federal do Maranhão através da Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED-UFMA).

A análise documental é uma das técnicas mais decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas, por que a maior parte das fontes escritas – ou não – “são quase sempre a base do trabalho de investigação; é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos” (PESQUISA..., 2016, s/p). A análise documental, segundo Gil (2002), constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

A terceira etapa, dar prosseguimento com a pesquisa exploratória com embasamento qualitativo, tendo como lócus de investigação o curso de Pedagogia a distância da Universidade Federal do Maranhão através da Diretoria de Tecnologia na Educação (DTED), cujo universo da pesquisa foram os professores da instituição que exerceram a função de coordenadores, dentre estes 4 (quatro) concordaram em participar voluntariamente do estudo.

Neste tipo de pesquisa, o principal objetivo é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido e explorado. Ao final de um estudo exploratório, o pesquisador conhecerá mais sobre aquele assunto e estará apto a construir hipóteses. Como qualquer exploração, a pesquisa exploratória depende da intuição do explorador (neste caso, da intuição do pesquisador). Por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso. Engloba também uma pesquisa qualitativa que segundo Gil (2002), é um tipo de estudo que está mais relacionado ao levantamento de dados sobre as motivações de um grupo para compreender e interpretar determinados comportamentos, a opinião e as expectativas dos indivíduos de uma população ou grupo a ser investigado.

Na quarta etapa, destaca que o instrumento utilizado na coleta de dados ocorreu por meio de um questionário online semiestruturado (Apêndices A, B e C), com um roteiro pré-definido com questões fechadas e abertas, relacionadas a temática em estudo, tendo como base as seguintes categorias: Formação de Professores a distância, Políticas Educacionais e Contexto da prática, Educação a Distância.

A coleta de dados ocorreu no mês de janeiro de 2021 com o envio deste link <<https://forms.gle/ixHM6RtooKZgibf49>> aos professores que por sua vez já atuaram como coordenadores durante sua permanência no núcleo de educação a distância. Durante a pesquisa, os entrevistados foram comunicados que todas as informações prestadas serão mantidas no mais absoluto sigilo. O primeiro contato que os sujeitos da pesquisa tiveram ao acessar o link sinalizado anteriormente, visualizaram a princípio um convite para participar ou não da pesquisa. Em seguida, após a confirmação do aceite, os mesmos puderam conhecer o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, contendo informações relacionadas a pesquisa e novamente foram convidados a optar, se concordavam ou não com tal termo. Ao confirmarem a participação nas duas etapas anteriores, os professores foram direcionados as questões, sendo estas divididas em 3 seções com informações relacionadas: I - Aos dados pessoais e profissionais; II - Em relação ao Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de Pedagogia à distância da UFMA e III - Em relação aos aspectos pedagógicos, de comunicação, recursos humanos, infraestrutura, gestão acadêmico-administrativa e financeira.

Portanto, a última etapa ocorreu através com a obtenção das informações adquiridas pelos sujeitos da pesquisa, cujos dados obtidos foram transcritos com base na análise de conteúdo. Este tipo de análise para Bardin (2011, p. 47), garante que o pesquisador possa analisar diversas formas de comunicação, visando obter os “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos”.

1.2 Estrutura da dissertação

Tratar dos aspectos teóricos e metodológicos, consiste em destacar as ideias dos autores que fundamentam teoricamente o estudo e a redação do trabalho. Para Mello (2006, p. 86), a fundamentação teórica apresentada deve servir de base “para a análise e interpretação dos dados coletados na fase de elaboração do relatório final. Dessa forma, os dados apresentados devem ser interpretados à luz das teorias existentes”. Partindo desse pressuposto, a dissertação segue estruturada com base no ciclo de políticas de Ball e Bowe (1992), da seguinte forma: A primeira seção faz jus aos aspectos introdutórios, elencando a contextualização do

tema, motivações, objetivos, problemática, relevância, aspectos teóricos e metodológicos discutidos ao longo do texto.

A segunda seção, surge amparado pelo contexto da influência, analisando as políticas de formação de Professores a Distância no Brasil a partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), perpassando nos mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018), sendo que as discussões se iniciaram a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9394/96 que regulamentou o ensino a distância como modalidade de ensino.

A terceira seção, vislumbra o contexto da produção de texto, trazendo o contexto histórico e atual da educação a distância na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), desde as primeiras experiências com o ensino a distância (mesmo sem autorização para ofertar nesta modalidade) até a implantação da EaD como parte das políticas institucionais. Descrevendo ainda a estrutura e funcionamento da Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED), cujo departamento é responsável pela oferta de cursos de graduação, pós-graduação e de extensão, analisando ainda o Projeto Pedagógico Curricular (PPC), do Curso de Licenciatura em Pedagogia, contextualizando a organização e a estrutura curricular, primando também seus fundamentos teóricos-metodológicos que contribuem na formação do futuro pedagogo.

Na quarta seção, traz o contexto da prática no curso de Licenciatura em Pedagogia da UFMA na visão dos docentes com base nos referenciais de qualidade para a educação a distância, cujas concepções estão relacionadas aos aspectos pedagógicos, de comunicação, recursos humanos, infraestrutura, gestão acadêmico-administrativa e sustentabilidade financeira do curso em análise. E por fim, a quinta seção destaca as considerações finais dos resultados alcançados no decorrer do estudo.

Portanto, torna-se possível afirmar que esse cenário servirá como pano de fundo para contextualizar e compreender as políticas e os discursos sobre a formação de professores na modalidade a distância enquanto uma estratégia política para democratizar o ensino superior, ampliar o número de educadores e a qualidade da educação no Maranhão através Universidade Federal do Maranhão.

2 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA NO BRASIL

As políticas de formação de professores na modalidade de educação à distância nos últimos anos vêm sendo organizadas e apresentadas pelos governos como estratégias para a democratização do acesso à educação superior e como uma alternativa para contribuir para qualidade da educação básica no Brasil. Para Belloni (2012, p. 14), a EaD “aparece como uma solução de emergência para problemas educacionais enquanto nos países ricos ela vem contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino presencial em todos os níveis”, tornando-se uma importante alternativa para a formação do professor quer seja inicial ou continuada.

A educação precisa ser compreendida numa direção que rompe o imediatismo e a instrumentalidade, considerando a sua dimensão na busca pela formação do ser humano na totalidade. Ao perceber que muitas políticas fazem ênfase sobre a formação de professores num aspecto emergencial, verifica-se que mesmo com todo este aparato legal, o governo não tem investido financeiramente para que essas políticas de fato sejam efetivadas, pois para formar um bom professor não basta apenas dominar conteúdos (específicos ou pedagógicos). Logo, é necessário enxergar o professor como um protagonista “fundamental no desenvolvimento de políticas que tenham como objetivo a melhoria da qualidade da oferta educacional e não apenas como um mero prestador de serviços” (SILVA e NUNES, 2014, p. 1.092).

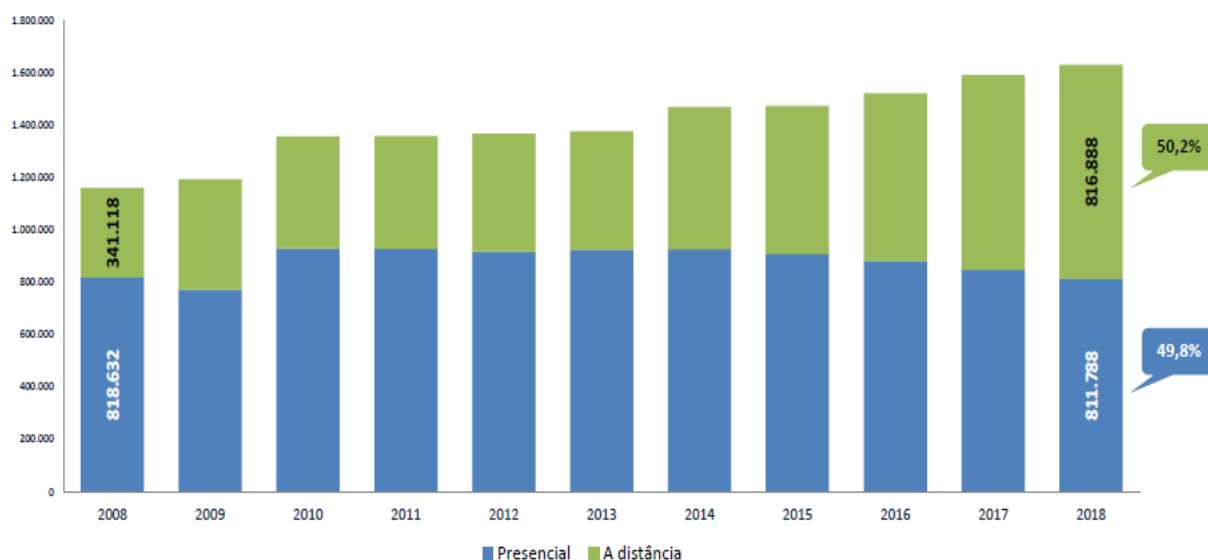
A ampliação dos cursos de formação de professores ocorreu a partir da expansão da educação a distância que iniciou no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e se expandiu no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018), possuíam diversos interesses, dentre estes: construir estratégias para promover reformas educacionais. Mediante essa assertiva, Silva (2011, p. 339), destacou que:

Desde 1994, havia a intenção de se utilizar a educação a distância para a capacitação dos professores, e por meio dela, alcançaria dois objetivos: um, a abertura e estímulo às empresas internacionais do ramo de tecnologia e equipamentos para ampliar seu mercado por meio da venda de produtos e da oferta de serviços; e outro, o aparente atendimento às reivindicações docentes, afinal, oferecia treinamento rápido, a distância com a implantação da TV escola, além do barateamento da formação continuada por meio de canais oficiais.

A EaD é uma modalidade que tem promovido a democratização do Ensino Superior, principalmente na formação de professores enquanto uma estratégia capaz de romper as barreiras do ensino presencial. A partir desse contexto, verifica-se que a educação a distância discutida nas políticas de implantação e funcionamento deveria ser pensada, levando em consideração a perspectiva didático-pedagógica, econômica, política e social.

De acordo com Freitas (2007) a expansão dos cursos superiores na modalidade a distância ocorreu pela criação de políticas públicas inspiradas nos órgãos internacionais oriundos do relatório realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em relação à educação do século XXI. O Censo da Educação Superior (2019), destaca no gráfico 1 o número de matrículas realizadas nos cursos de graduação em licenciatura a distância e presencial entre os anos de 2008 a 2018.

Gráfico 1 – Número de matrículas em cursos de graduação em licenciatura, por modalidade de ensino (2008 – 2018).



Fonte: INEP/Censo da Educação Superior (BRASIL, 2019a, p. 68).

Conforme demonstra o gráfico 1, no ano de 2008 foram realizadas 818.632 matrículas em cursos de graduação em licenciatura presencial e 341.118 a distância, mais em 2018 houve um salto muito grande de matrículas nos cursos online, chegando a 816.888, isso corresponde a 50,2% em comparação com as presenciais que alcançaram 811.788 (49,8%) matriculados. Assim sendo, percebe-

se que no ano de 2018 as matrículas nos cursos de formação de professores no ensino a distância ultrapassaram os presenciais em 0,4%. Segundo o Censo de Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), “Pela primeira vez, na série histórica, nos cursos de licenciatura, o número de alunos que frequentam cursos à distância foi maior do que o número de alunos dos cursos presenciais” (BRASIL, 2019a, p. 68).

Nos tópicos a seguir, torna-se possível observar sob um novo olhar as principais políticas de formação de professores a distância, demonstrando a caracterização de algumas leis, decretos e uma portaria que regulamentaram este tipo de formação no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018), cujo recorte temporal permeou a partir da década de 1990 com a LDB, nº 9.394/96.

2.1 A partir da década de 1990

Salienta-se que antes da década de 90 a Educação a distância perpassou por um contexto histórico até consolidar como modalidade de ensino através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96. A EaD surgiu no Brasil, a partir da oferta de cursos de qualificação profissional em 1904, como o de datilografia por correspondência e em 1920 os cursos passaram a ser transmitidos por meio de ondas sonoras do rádio, a qual a era a principal tecnologia desta época (LOBO NETO, 2000).

Em meados de 1960 e 1970, iniciaram-se as primeiras iniciativas para difundir a educação a distância para ampliar as oportunidades de acesso à educação, buscando alfabetizar e incluir socialmente os adultos nesse processo educativo. Após esse período, mais especificamente na década de 70, obteve-se a primeira experiência com essa modalidade de ensino nos cursos superiores em Brasília. No decorrer desse período, para Moore e Kearsley (2011), várias pessoas já conheciam e estavam cursando os telecursos através de aulas transmitidas na televisão com apoio de material didático impresso, logo, este tipo de modelo de educação a distância permeou até a década de 1990. A internet surge neste cenário

publicando conteúdos diversos e provendo um conjunto de interações que viesse favorecer a formação do cidadão.

Foi durante este período que as instituições de ensino iniciaram as iniciativas para ofertar cursos online, sendo efetivadas no ano de 1996 com o surgimento da Secretaria de Educação a Distância (SEED), do Ministério da Educação (MEC). Neste ano, a Educação a Distância passou a ser vista como uma modalidade de ensino na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/96, e ganhou forças através da influência de órgãos internacionais, como: a UNESCO e o Banco Mundial.

Prima-se que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) através de documento “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem” foram construídas metas para educação para serem alcançadas pelos Estados-Membros que fazem parte da América Latina e no Caribe, auxiliando os países a atingirem suas metas da Educação para Todos, colaborando no acesso e qualidade da educação, incluindo a formação de professores na modalidade à distância (DELORS *et al.*, 1998).

Com base no exposto, a EaD surge amparada pela UNESCO no intuito de formar profissionais e alunos em cursos de graduação, qualificação, formação continuada, entre outros. Dessa forma, a organização assume uma posição de suma importância na organização das políticas e técnicas sobre a formação de professores.

Para Delors *et al.* (1998), a UNESCO e o Banco Mundial (BM) são órgãos internacionais que impactaram e influenciam nas políticas educacionais desde sua implantação no Brasil no ano de 1972, defendendo a bandeira da educação de qualidade para todos e incentivando o desenvolvimento humano e social como parte da formação do indivíduo.

É possível perceber que os organismos internacionais propagaram a regulamentação da educação a distância no país. No entanto, as intervenções desses organismos internacionais “são vistos por inúmeros intelectuais como suspeitas, ideológicas e interesseiras: prevalece na atuação desses organismos nas políticas educacionais um aligeiramento da formação”, sendo que o foco principal neste processo de formação está no uso das tecnologias sem levar em consideração o projeto pedagógico e as condições de ensino-aprendizagem. Logo,

sua atuação no cenário educacional na década de 90 era preparar mão de obra qualificada para atuar no mercado e não priorizava o desenvolvimento intelectual do educador como parte desse processo formativo (PUCCI, 2010, p. 5).

Assim, o tópico a seguir dará prosseguimento na difusão da educação a distância destacando as contribuições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº, 9,394/96 na implementação desta modalidade de ensino na formação de professores.

2.1.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96

A primeira política a ser analisada que impulsionou a formação de professores a distância a partir da década de 90 foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº, 9,394/96 a qual teve sua aprovação no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) que de fato reconheceu a EaD como modalidade de ensino em todos os níveis. Para Nascimento (2011), a LDB criada no ano de 1996 seguiu com base os anseios da UNESCO e do Banco Mundial, tendo como objetivo de contribuir na regulamentação e organização do sistema educacional brasileiro, abordando todos os níveis e modalidades educacionais, incluindo a educação a distância.

Antes da aprovação da LDB a educação a distância não era considerada uma política de Estado para a educação superior, por esse motivo a iniciativa privada não investia nessa modalidade de ensino devido o Estado não apoiar as Instituições de Ensino Superior (IES), priorizando nesta época somente o ensino presencial.

Segundo Brandão (2010, p. 168), o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação traz quatro parágrafos que normatizam a educação a distância como modalidade de ensino, destacando que:

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.

§1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativo a cursos de educação a distância.

§3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:
I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas.
(BRANDÃO, 2010, p. 168).

Observa-se nesse artigo que a EaD está normatizada enquanto uma alternativa do ensino regular e não uma modalidade de ensino (SANTANA, 2012). Isso decorre no artigo 80 devido enfatizar apenas a importância da intervenção da União no incentivo e na difusão dos programas de ensino a distância, além de destacar algumas condições em que esta deve ser ofertada.

A partir da LDB, a formação de professores na modalidade de educação a distância tomou novos caminhos, surgindo novas políticas que priorizaram e valorizaram o ensino a distância como parte da formação do educador. Assim, houve uma expansão significativa desta modalidade de ensino na educação superior, ultrapassando o número de ofertas de vagas do ensino presencial, proporcionando a criação de novas regulamentações, decretos, leis, portarias, etc.

Giolo (2008, p. 1217-1218) pondera que essa expansão, dentro de uma lógica de mercado, colocou a EAD em uma posição de disputa com a educação presencial, na medida em “para certos cursos, ela se constitui em uma ameaça, pois pode praticar preços menores, além de oferecer outras facilidades práticas ligadas ao tempo, espaço e métodos de aprendizagem”.

A LDB, no art. 87, parágrafo 3º, inciso III, destaca algumas contribuições para a formação de professores na modalidade de EaD, ao mencionar que:

Art. 87 - É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

[...].

§ 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem: II - prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados; III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância. [...]. (BRANDÃO, 2010, p. 173).

No §1, o artigo 87 evoca a elaboração do Plano Nacional de Educação, com base num Plano Decenal de Educação¹⁵, enfatizando a finalidade da educação, primando o aspecto federativo do país ao buscar a universalização do ensino. Enquanto isso, o §3 descreve a necessidade de pensar em políticas educacionais que promovam a capacitação dos professores em exercício através do ensino a distância e seus recursos tecnológicos.

Portanto, a LDB de 1996 foi o marco da educação a distância por regulamentar esta modalidade de ensino e contribuir na expansão e oferta de cursos de formação inicial e/ou continuada para professores da educação básica e do ensino superior, levando em consideração as demais legislações que regem e servem de suporte na execução e elaboração de metas, ações e estratégias. Sendo assim, destaca-se no próximo tópico os documentos oficiais que marcaram a regulamentação da EaD na formação de professores após a LDB, nº 9.394/96.

2.2 Pós-LDB

Desde a década de 1990, há discussões e debates sobre a necessidade de criar cursos na modalidade a distância para a formação de professores. A inserção da EaD no cenário nacional foi recebida em meio a aplausos, críticas, resistências e preconceitos (PRETI, 1998).

Após LDB, nº. 9.394/96, a EaD influenciou a criação de diversas políticas e programas educacionais, “Marcos Regulatórios”, voltadas para a formação docente. Dessa forma, para compreender melhor como ocorreu o processo de consolidação da EaD no Brasil através de cursos direcionados a formação de professores nos últimos governos, o quadro 1 ilustra as principais políticas que regulamentaram o ensino a distância no nosso país.

¹⁵ O PDE é um documento criado em 1993 pelo Ministério da Educação (MEC) para ser cumprido em dez anos (1993-2003), contendo um conjunto de diretrizes para ajudar a recuperar a escola fundamental do país, assim, o Plano Decenal criou estratégias com base nos fóruns internacionais para melhorar a educação básica.

Quadro 1 – Marcos Regulatórios

Governo	Ano	Regulamentação	Caracterização
Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002)	1996	Emenda Constitucional n.º 14/09/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96 e pelo Decreto n.º 2.264/97.	Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).
	1996	LDB, Lei n.º 9.394 (20 de dezembro)	A EaD passa a ser reconhecida como uma modalidade de ensino.
	1997	Portaria n.º 522 (09 abril)	Criou-se o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO)
	1998	Decreto n.º 2.494	Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96).
	1998	Decreto n.º 2.561	Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010)	2005	Decreto n.º 5.622	Regulamentou o art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), n.º 9.393/96.
	2006	Decreto n.º 5.800	Criou a Universidade Aberta do Brasil (UAB).
	2006	Emenda Constitucional n.º 53	Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)
	2009	Decreto n.º 6.755 (29 de Janeiro)	Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.
	2014	Lei, n.º 13.005 (25 de junho)	Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

Dilma Rousseff (2011-2016)	2016	Decreto nº 8.752 (9 de maio)	Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, revogando o Decreto nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009.
Michel Temer (2016-2018)	2017	Decreto n. 9.057 (25 de maio)	Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
	2017	Portaria Normativa, n.11 (20 de junho)	Elaborou normas para que as instituições credenciem e ofertem cursos a distância em conformidade com o Decreto n.9.057 de 25 de maio de 2017.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Conforme o quadro 1, a primeira regulamentação que também contribuiu na formação de professores é a Emenda Constitucional n.º 14 de setembro de 1996 que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), obteve sua regulamentação pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro deste mesmo ano e pelo Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997, sendo implantado em 1º de janeiro de 1998. O FUNDEF é um “fundo instituído em cada Estado da Federação e no Distrito Federal, cujos recursos devem ser aplicados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização de seu magistério” (BRASIL, 2021, s/p).

De acordo com o Manual de Orientação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF),

A atualização e o aprofundamento dos conhecimentos profissionais deverão ser promovidos a partir de programas de aperfeiçoamento profissional continuado, assegurados nos planos de carreira do magistério público. Para esse fim, podem ser usados os recursos da parcela dos 40% do FUNDEF, inclusive no desenvolvimento da formação em nível superior dos professores que atuam na docência de 1ª a 4ª série do ensino fundamental público, obedecendo, nesse caso, as exigências legais estabelecidas (BRASIL, 2004, p. 20).

Com base nessa perspectiva, podemos verificar a grande importância e contribuição do FUNDEF na valorização do profissional de educação, promovendo

cursos de formação continuada para professores da rede pública que lecionam nos anos iniciais do ensino fundamental.

Em relação a portaria nº 522 deu origem ao Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), criado no dia 09 de abril de 1997 pelo Ministério da Educação (MEC). Este programa surgiu com o intuito de promover e prestar suporte no uso das tecnologias dentro do ambiente escolar tanto no Ensino Fundamental e Médio, tal como na formação continuada de professores na modalidade à distância. O PROINFO foi criado com o objetivo de implementar a utilização das TIC's dentro do ambiente escolar (BRASIL, 1997).

No entanto, mesmo com uma abrangência nacional, o PROINFO não conseguiu alcançar seus objetivos no uso das TIC's no processo de ensino e de aprendizagem. O programa tinha como prerrogativa a disponibilização de equipamentos (computadores, retroprojetores, etc.), garantindo a instalação e montagem dos laboratórios, mais quando se trata de capacitar os professores para atuar nesses ambientes juntamente com os alunos, o programa não possui um sistema capaz de promover a formação de educadores já que muitos destes não dominam as novas tecnologias (BRASIL, 1997; LIMA, 2013; SILVA e NUNES, 2014).

O caráter de infraestrutura do programa é enfatizado em toda sua regulamentação. Um exemplo disso é o próprio site do MEC que torna possível observar a existência de uma preocupação bastante expressiva em relação a instalação e manutenção dos laboratórios, mas que não menciona estratégias de formação para contribuir no processo educativo e mediado pela utilização dos computadores.

Em uma das principais orientações acerca da organização e funcionamento do PROINFO, o Ministério da Educação assume a responsabilidade de comprar, distribuir e até instalar os laboratórios de informática dentro das instituições de educação básica que fazem parte da rede pública de ensino. “Em contrapartida, os governos locais (prefeituras e governos estaduais) devem providenciar a infraestrutura das escolas, indispensável para que elas recebam os computadores” (BRASIL, 2019b, s/p). Nesse intento, verifica-se que a ênfase principal dessa iniciativa recai nos equipamentos (recursos materiais) que serão usados no decorrer do processo educacional, dando menos atenção a forma de como serão utilizados.

O PROINFO disponibiliza além dos computadores, recursos digitais e conteúdos para serem trabalhados dentro das escolas, sendo que os estados, Distrito Federal e municípios precisam garantir toda estrutura para montar os laboratórios com os equipamentos cedidos pela União e capacitar os professores para usar as máquinas e demais tecnologias.

É necessário destacar que a experiência com o PROINFO foi de grande importância para a elaboração das políticas voltadas para a EaD. Podemos citar como parte desse processo de modificações provenientes das experiências do PROINFO os decretos de nº 2.494 e o nº 2.561, ambos foram incluídos no cenário político educacional no ano de 1998. Por meio desses decretos a EaD ganha uma nova dimensão conceitual mais precisa e objetiva, conforme representado no Art.1 do Decreto no 2.494, que a define enquanto uma forma de ensino capaz de permitir ao indivíduo alcançar a autoaprendizagem, utilizando recursos digitais como parte do processo educativo, sendo representados de forma diversificada em consonância com os meios de comunicação (BRASIL, 1998a; 1998b).

O Art.1 apresenta diretrizes que influenciaram a organização do modelo EaD, suscitando uma grande preocupação em conceituar, isto é, definir o que é educação a distância, uma vez que a LDB não trata deste aspecto. No entanto, Litwin (2001) apresenta um conceito para EaD mais abrangente e complexa do que definição estabelecida pelo decreto. Para o autor:

A educação a distância é uma modalidade de ensino com características específicas, isto é, uma maneira particular de criar um espaço para gerar, promover e implementar situações em que os alunos aprendam. O traço distintivo da modalidade consiste na mediatização das relações entre docentes e alunos. Isso significa, de modo essencial, substituir a proposta de assistência regular à aula por uma nova proposta, na qual os docentes ensinam e os alunos aprendem mediante situações não-convencionais, ou seja, em espaços e tempos que não compartilham [...] as múltiplas possibilidades oferecidas pela educação a distância estão diretamente relacionadas à flexibilidade que caracteriza todos os programas [...] as propostas de educação a distância caracterizam-se pela utilização de uma multiplicidade de recursos pedagógicos com o objetivo de facilitar a construção do conhecimento (LITWIN, 2001, p. 13-14).

Frente a essa definição, o ensino a distância torna-se algo muito mais complexo em comparação ao Decreto 2.494 que mesmo demonstrando certa preocupação em definir um conceito, não enfatizou claramente as contribuições deste novo formato de ensino para a educação do nosso país.

O Decreto nº 2.494 de 1998, apresenta a importância dos meios de comunicação como recursos didáticos para serem trabalhados na EaD. Inicialmente os meios de comunicação utilizados nesta modalidade de ensino eram apenas o rádio e a TV, mas com a criação dos decretos de nº 2.494 e nº 2.561, são apresentadas novas possibilidades na implantação de outros meios de comunicação, bem como os requisitos mínimos que devem ser considerados para a qualidade na oferta dos cursos online ou semipresenciais. Tais recomendações estão evidenciadas nos decretos supracitados, especialmente o Decreto nº 2.494, artigo nº 2 e no parágrafo 6º, assegurando que:

[...] os cursos à distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional, e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim, no termos deste Decreto e conforme exigências pelo Ministério de Estado da Educação e do Desporto.

§ 6º A falta de atendimento aos padrões de qualidade e a ocorrência de irregularidade de qualquer ordem serão objeto de diligências, sindicância, e, se for o caso, de processo administrativo que vise a apurá-los, sustentando-se, de imediato, a tramitação de pleitos de interesse da instituição, podendo ainda acarretar-lhe o descredenciamento (BRASIL, 1998a, s/p).

Embora o decreto apresente algumas diretrizes para os cursos na modalidade a distância, não menciona os critérios mínimos de infraestrutura física e pedagógica que deveriam ser garantidas pelas instituições de ensino. Então, com toda essa amplitude e facilidades na oferta dos cursos, a iniciativa privada observou nesse campo uma área repleta de oportunidades para gerar lucros e expandir no cenário educacional.

Nesse ínterim, as instituições da rede privada iniciaram os investimentos principalmente na área de formação de professores. Vale ressaltar que os cursos e os investimentos para este público não ocorreram de modo aleatório, mais se baseou em algumas políticas educacionais que despertaram o olhar de vários empresários desse campo ao reconhecer o valor lucrativo para investir nos cursos à distância.

O advento da expansão dos cursos de formação de professores a distância no Brasil, ocorreu através da regulamentação da EaD, o qual evocou e incentivou as instituições públicas e privadas a investirem no setor. Conforme Nascimento (2011, p. 159), o Estado não só criou condições ideológicas através do

“fetichismo tecnológico para a consolidação da EaD como também se encarregou de criar as condições operacionais para que essa modalidade de ensino tivesse espaço no mercado”.

Outra normativa que surgiu, mais neste momento no Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), foi o Decreto nº 5.622 de 2005, regulamentando o Art. 80 da LDB, nº 9.393/96. No primeiro momento este documento surge dando maior ênfase em conceituar a EaD logo no Art. 1, relatando que a educação a distância é uma modalidade cuja mediação didática e pedagógica ocorre com o uso das TIC's pelos alunos e professores em qualquer lugar ou tempo diverso.

O Decreto 5.622/2005 também chama atenção da importância da metodologia utilizada nesse novo cenário educacional, a forma como ocorre a avaliação dos alunos e a atuação da gestão para garantir momentos presenciais como parte do processo de ensino-aprendizagem. Assim, as instituições de ensino superior ao ofertarem cursos de formação de professores devem priorizar estágios obrigatórios, defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de acordo com a legislação vigente e inclusive atividades laboratoriais de ensino, caso seja necessário (BRASIL, 2005a).

Os cursos superiores ofertados a distância direcionados para formação de professores precisam ter o mesmo período de duração dos cursos presenciais, além dos diplomas e certificados possuir a mesma validade nacional do ensino presencial, isto é, sem distinção.

Além disso, o Decreto 5.622 determina que as ações previstas no projeto pedagógico precisam ser embasadas e pautadas nos Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância, chamando atenção das IES para as orientações sobre credenciamento e autorização dos cursos à distância no MEC através dos seguintes critérios:

- I – Habilitação jurídica, regularidade fiscal e capacidade econômico-financeira, conforme dispõe a legislação em vigor;
- II – Histórico de funcionamento da instituição de ensino, quando for o caso;
- III - Plano de desenvolvimento escolar, para as instituições de educação básica, que contemple a oferta, a distância, de cursos profissionais de nível médio e para jovens e adultos;
- IV – Plano de desenvolvimento institucional para as instituições de educação superior que contemple a oferta de cursos e programas a distância;
- V – Estatuto da universidade ou centro universitário, ou regimento da instituição isolada da educação superior;

- VI – Projeto pedagógico para os cursos e programas que serão ofertados na modalidade a distância;
- VII – Garantia de corpo técnico e administrativo qualificado;
- VIII – Apresentar corpo docente com as qualificações exigidas na legislação em vigor e, preferencialmente com formação para o trabalho com a educação a distância;
- IX – Apresentar, quando for o caso, os termos de convênios e de acordos de cooperação celebrados entre instituições brasileiras e suas co-signatárias estrangeiras, para oferta de cursos ou programas a distância;
- X – Descrição detalhada dos serviços de suporte e infra-estrutura adequados à realização do projeto pedagógico, relativamente a:
 - a) Instalações físicas e infra-estrutura tecnológica de suporte e atendimento remoto aos estudantes e professores;
 - b) Laboratórios científicos, quando for necessário;
 - c) Pólos de educação a distância, entendidos como unidades operativas no País ou no exterior que poderão ser organizados em conjunto com outras instituições para a execução descentralizada de funções pedagógico-administrativas do curso, quando for o caso;
 - d) Bibliotecas adequadas, inclusive com acervo eletrônico remoto e acesso por meio de redes de comunicação e sistemas de informação, com regime de funcionamento e atendimento adequados aos estudantes de educação a distância (BRASIL, 2005a, s/p).

Nota-se neste documento a preocupação com o aluno, garantindo além do suporte didático, boas instalações físicas, corpo docente, técnico e administrativo qualificados. Entende-se que através das exigências destacadas acima, torna-se possível garantir cursos de formação de professores de qualidade que mesmo sendo realizados a distância não estão omissos de um ensino capaz de formar bons profissionais. Portanto, prestar assistência aos estudantes é uma exigência da EaD para oferecer o suporte necessário para suprir suas expectativas e atender suas necessidades.

O decreto chama a atenção para um documento crucial necessário para o credenciamento das instituições que é o Projeto Pedagógico do Curso e os Programas das Disciplinas, sendo que estas devem:

- I – Obedecer às diretrizes curriculares nacionais, estabelecidas pelo Ministério da Educação para os respectivos níveis e modalidades educacionais;
- II – Prever atendimento apropriado a estudantes portadores de necessidades especiais;
- III – Explicitar a concepção pedagógica dos cursos e programas a distância, com apresentação de:
 - a) Os respectivos currículos;
 - b) O número de vagas proposto;
 - c) O sistema de avaliação do estudante, prevendo avaliações presenciais e avaliações a distância, e;
 - d) Descrição das atividades presenciais obrigatórias, tais como: estágios curriculares, defesa presencial de trabalho de conclusão de curso e das atividades em laboratórios científicos, bem como o sistema de controle

de frequência dos estudantes nessas atividades, quando for o caso (BRASIL, 2005a, s/p).

Um exemplo prático é o curso de Pedagogia, em que deve seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais relacionadas ao curso de licenciatura, sendo que tais diretrizes precisam estar destacadas no projeto pedagógico do curso, designando as formas de avaliar os alunos, as atividades online e presenciais, dentre outras peculiaridades que estão regulamentadas no decreto de criação e organização dos cursos realizados a distância.

A expansão da EaD no Brasil ocasionou o surgimento de novas diretrizes, princípios e critérios em relação a qualidade do ensino nessa modalidade de ensino (BRASIL, 2005a; 2019c). Desse modo, o Ministério da Educação (MEC) criou os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância juntamente com a Secretaria de Educação a Distância (SEED), que apesar de não ser considerada uma lei, têm orientado as instituições durante a construção dos projetos e na oferta dos cursos à distância. A SEED, a partir do Referencial de Qualidade, destaca que não existe um formato único de educação a distância e que os programas tem autorização para construir seus projetos, levando em consideração a legislação vigente. Focando sempre a “educação” como um princípio básico na oferta desta modalidade de ensino, entretanto, o termo “a distância” requer apenas a forma como será organizada o processo educativo.

Um ponto que também precisa ser chamado atenção neste mesmo documento decorre em relação da necessidade de um forte compromisso “institucional em termos de garantir o processo de formação que contemple a dimensão técnica científica para o mundo do trabalho e a dimensão política para a formação do cidadão” (BRASIL, 2007, p. 7).

O Referencial de Qualidade vem sendo apresentado em diversas documentações referentes ao ensino a distância, mas com destaque para a importância dos fundamentos que devem ser contemplados pelo projeto pedagógico (PP), para além do caráter inovador das tecnologias e sobre suas possibilidades de uso.

Para Pedro Demo (1997, p. 86), utilizar as tecnologias no ensino-aprendizagem mesmo sendo um recurso capaz de atrair a atenção do aluno, por si só, não garante a aprendizagem. Segundo Brasil (2007, p. 8), a EaD deve ser “apoiada em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes a

oportunidade de interagir, de desenvolver projetos compartilhados, de reconhecer e respeitar diferentes culturas e de construir conhecimento”.

É através desses argumentos que os critérios de credenciamento das IES para ofertarem cursos à distância devem se respaldar, com o objetivo de melhorar a qualidade da formação e reduzir o número de cursos à distância nas instituições de ensino superior particulares. Para que as instituições superiores sejam credenciadas, necessitam apresentar as seguintes dimensões, conforme destacado no quadro 2.

Quadro 2 – Instrumentos de credenciamento

Instrumentos de Credenciamento Institucional na Oferta de Cursos à Distância Cursos Presenciais, Semipresenciais e EaD		
Organização Institucional	Corpo Social	Instalações Físicas
1. Missão Institucional para a EaD. 2. Planejamento de Programas, Projetos e Cursos a distância. 3. Plano de Gestão para a modalidade EaD. 4. Unidade responsável para gestão de EaD. 5. Planejamento de Avaliação Institucional (Auto Avaliação) para EaD. 6. Representação docente, tutores e discentes. 7. Estudo para implementação dos polos de apoio presencial. 8. Experiência da IES com a modalidade de educação a distância. 9. Experiência da IES com a utilização de até 20% da carga horária dos cursos superiores presenciais na modalidade de educação a distância. 10. Sistema de gestão acadêmica da EaD. 11. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística). 12. Recursos financeiros.	1. Programa para formação e capacitação permanente dos docentes. 2. Programas para formação e capacitação permanente de tutores. 3. Produção científica. 4. Titulação e formação do docente e do coordenador de EaD da IES. 5. Regime de trabalho do coordenador de EaD da IES. 6. Corpo técnico-administrativo para atuar na gestão em EaD. 7. Corpo técnico-administrativo para atuar na área de infraestrutura tecnológica em EaD. 8. Corpo técnico-administrativo para atuar na área de produção de material didático para EaD. 9. Corpo técnico-administrativo para atuar na área das bibliotecas dos polos. 10. Regime de trabalho. 11. Política de formação e capacitação permanente do corpo técnico-administrativo.	1. Instalações administrativas. 2. Infraestrutura de serviços. 3. Recursos de TIC (audiovisuais e multimídia). 4. Plano de expansão e atualização de equipamentos. 5. Biblioteca – instalações para gerenciamento central das bibliotecas dos polos regionais e manipulação do acervo que irá para os polos regionais. 6. Biblioteca – informatização do sistema de bibliotecas (que administra as bibliotecas dos polos regionais). 7. Biblioteca – política de aquisição, expansão e atualização do acervo das bibliotecas dos polos regionais.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2010) e Santana (2012).

No quadro 2, podemos verificar os instrumentos avaliativos do Ministério da Educação para credenciar as IES na oferta de cursos à distância a partir da 12

indicadores para a organização institucional, onze para o corpo social e sete para a instalação física.

Segundo Oliveira (2010) e Santana (2012) os indicadores dessas três dimensões (organização institucional, corpo social e instalações físicas) são referenciais a serem seguidos pelas IES para identificar o desempenho e a atuação na EaD. Logo, alguns conceitos são direcionados as instituições, buscando avaliar se apresentam condições ou não para cumprir as metas. O conceito 1 é atribuído a instituição quando não possui plenas condições para cumprir as metas; o conceito 2 representa as condições insuficientes no alcance das metas; o conceito 3 destaca a entidade quando possui condições suficientes para cumprir os indicadores; o conceito 4 visa demonstrar que a instituição superior apresenta condições adequadas; e por fim, o conceito 5 é concedido quando esta tem condições plenas para cumprir as metas.

Nos quesitos apontados como instrumentos para credenciar as IES sinalizadas no quadro 2, a formação dos professores para atuarem no ensino a distância não é discutida com muita ênfase, como destacado no critério de avaliação denominado “corpo social”, cujos itens 1 a 4, referência a questão da formação profissional dos professores e não a acadêmica, apontando ainda a dos técnicos e corpo administrativo nos itens 6 ao 9 e 11.

Outro decreto que também partiu da LDB nº 9.393/96 é de nº 5.800, aprovado no dia 08 de junho de 2006, o qual criou a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Ao criar esta universidade o decreto tinha como principal objetivo formar novos professores com o intuito de amenizar a ausência desses profissionais no país, já que o número de educadores na maioria dos estados brasileiros não era suficiente para a demanda necessária. A princípio a UAB promovia apenas alguns cursos de capacitação ministrados a distância para os docentes que atuavam em sala de aula, mais com o decorrer do tempo passou a focar suas atividades em cursos direcionados para a formação de professores (BRASIL, 2006a; SILVA e NUNES, 2014).

A estruturação da UAB ocorreu a partir do esforço do Governo Federal para promover a melhora da qualidade da educação básica, considerando que a formação dos professores pode contribuir nessa elevação. Além disso, o decreto 5.800 buscou estabelecer um modelo único de EaD para ser seguido no Brasil, no âmbito da esfera pública. Após dez anos da LDB/1996 e do surgimento da UAB, é

que podemos observar uma expansão mais significativa do ensino a distância nas IES privadas. Segundo o decreto que criou a UAB, declara:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país.

Parágrafo único: São objetivos do Sistema UAB:

- I – oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II – oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III – oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV – ampliar o acesso à educação superior pública;
- V – reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI – estabelecer amplo sistema nacional de educação superior à distância;
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006a, s/p).

Como destacado na citação, a UAB objetiva de modo bastante expressivo, promover a expansão do Ensino Superior, focando principalmente em cursos de formação inicial ou continuada de professores que atuam na Educação Básica, capacitando também gestores, dirigentes e demais profissionais do ensino básico através do ensino a distância. A UAB ao definir seus objetivos e ser instituída como uma importante estratégia para promover o crescimento dos cursos de licenciatura no Brasil, traz à tona as exigências da UNESCO e do Banco Mundial (BM) no documento denominado de *“La Educación Superior em los Países em Desarrollo: peligros e promesas”*¹⁶. Para Delors *et al.* (1998), neste documento, torna-se possível observar a participação dos membros da UNESCO e do Banco Mundial na sua elaboração, criando diretrizes que foram estabelecidas para expandir o ensino superior nos países em processo de desenvolvimento. As duas organizações internacionais destacavam que a expansão do ensino superior está articulada com os interesses políticos e econômicos.

A UAB é fruto dessas estratégias para alcançar as metas propostas pelos órgãos internacionais e reduzir gastos, devendo ser ofertada para população por meio das IES públicas (universidades) e demais organizações interessadas nesta

¹⁶ Tradução: “Ensino superior nos países em desenvolvimento: perigos e promessas”.

modalidade de ensino, viabilizando alternativas para fomentar, implantar e executar cursos superiores quer seja de graduação ou pós-graduação (BRASIL, 2012).

As mudanças propostas pela UAB em relação ao ensino a distância possuem forte influência com os níveis de governo, buscando expandir esse modelo de educação em regiões “lugares” onde as IES não estão presentes. No ano de 2008, o sistema UAB investiu massivamente na implementação da EaD. Nesse período foram criados 291 polos espalhados em vários estados brasileiros, sendo que atualmente há mais de 928 polos credenciados, mais apenas 777 estão ativos. A UAB está presente em todo o país, com mais de 170 mil alunos matriculados em cursos tecnólogos, bacharelados, licenciaturas e nas especializações em 133 IES públicas. Um exemplo desse crescimento está sinalizado na tabela 1 em que podemos observar os 15 maiores cursos de graduação em licenciatura em número de matrículas em 2018, segundo o Censo Escolar do Ensino Superior (2019a).

Tabela 1 – 15 maiores cursos de graduação em licenciatura em número de matrículas – 2018.

Posição	Curso/Cine Brasil	Matrículas	Percentual (%)
1	Pedagogia	747.511	45,9
2	Educação física formação de professor	168.153	10,3
3	Matemática formação de professor	96.367	5,9
4	História formação de professor	89.450	5,5
5	Biologia formação de professor	80.837	5,0
6	Letras português formação de professor	78.493	4,8
7	Geografia formação de professor	55.954	3,4
8	Letras português inglês formação de professor	38.266	2,3
9	Química formação de professor	37.881	2,3
10	Física formação de professor	28.732	1,8
11	Letras inglês formação de professor	24.118	1,5
12	Artes visuais formação de professor	22.542	1,4
13	Filosofia formação de professor	20.522	1,3
14	Ciências sociais formação de professor	17.545	1,1
15	Música formação de professor	16.230	1,0

Fonte: INEP/Censo da Educação Superior (BRASIL, 2019a).

Na tabela 1, verifica-se que o curso de Pedagogia obteve cerca de 747.511 matrículas efetivadas, chegando a 45,9% do total dos 15 cursos de licenciatura analisados no último Censo da Educação Superior do ano de 2018. Em seguida está o de Educação Física com 168.153 alunos e o de Matemática que alcançou 96.367 (5,9%) de estudantes com matrículas efetivadas, estando assim, na

terceira posição do *ranking*. Esse aumento no número de matrículas nos cursos de licenciaturas na modalidade de EaD, decorre do baixo custo dos cursos online e da flexibilidade que a EaD é capaz de proporcionar, cujo estudante tem a liberdade de estudar em qualquer tempo ou lugar (BRASIL, 2006a; 2019a). Além disso, o governo disponibiliza vagas nas IES públicas como parte das ações que visam contribuir para a ampliação da qualidade da educação básica, buscando alcançar as metas estabelecidas pelas políticas educacionais.

Outra política que influenciou na ampliação da oferta de cursos de qualificação docente foi a Emenda Constitucional nº 53 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que destina 60% dos recursos à remuneração dos profissionais da educação básica e 40% para as despesas consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) realizadas na educação básica, em que a formação está contemplada. O Fundeb ampliou os recursos para o ensino médio, abrindo espaços para a formação de professores das outras licenciaturas.

O Decreto nº 6.755, aprovado em 29 de janeiro de 2009, institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Esta política surgiu para atender o disposto no artigo 11, inciso III do decreto nº 6.755/2009 que incide sobre a oferta emergencial de cursos de licenciaturas e/ou programas especiais dirigidos aos docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica (BRASIL, 2009; VILLARDI e OLIVEIRA, 2005).

Um importante programa que contribuiu na expansão dos cursos de formação de professores na modalidade presencial e a distância foi o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), considerada uma ação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O decreto presidencial nº 6.755 de 2009 vislumbra a promoção de oportunidades para os profissionais da educação nas IES do setor público, estabelecendo que a formação dos docentes deve ocorrer a princípio de modo presencial, mais quando essa oferta não se faz presente nesta modalidade de

ensino, o decreto reconhece a importância e a contribuição da educação a distância e semipresencial na formação inicial e continuada.

Como citado anteriormente, o PARFOR é uma ação da CAPES que pretende incentivar e fomentar a educação superior, ofertando ensino gratuito e de “qualidade, para profissionais do magistério que estejam no exercício da docência na rede pública de educação básica e que não possuem a formação específica na área em que atuam em sala de aula” (BRASIL, 2018, s/p).

Para Brasil (2018), o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), objetiva:

a) Induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício nas redes públicas de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; b) Promover a articulação entre as instituições formadoras e as secretarias de educação para o atendimento das necessidades de formação dos professores, de acordo com as especificidades de cada rede. c) Contribuir para o alcance da meta 15 do PNE, oferecendo aos professores em serviço na rede pública, oportunidade de acesso à Formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam; d) Incentivar o desenvolvimento de propostas formativas inovadoras, que considerem as especificidades da formação em serviço para professores da educação básica, buscando estratégias de organização de tempos e espaços diferenciados que contemplem esses atores; e) Estimular o aprimoramento dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) das licenciaturas, tendo por base as experiências observadas nas turmas especiais implementadas (BRASIL, 2018, s/p).

Através dessa conjuntura, as Instituições de Ensino Superior (IES) que desejam participar do programa, precisam elaborar um edital para seleção de propostas direcionadas para cursos de formação de professores quer seja na modalidade presencial, semipresencial ou a distância para beneficiar os docentes da rede pública que exercem suas atividades na educação básica (BRASIL, 2018). Após a aprovação dos cursos nas IES, a Capes implanta turmas especiais no PARFOR, ofertando vagas em cursos de licenciatura (direcionados aos professores da rede pública que já exercem atividades docentes mais não possui formação a nível superior), de Segunda Licenciatura (para docentes da educação básica pertencentes a rede pública que atuam em área distinta em sala de aula, diferente da sua formação de origem) e o último curso ofertado pelo programa é o de Formação Pedagógica, destina-se também para os professores da rede pública que apesar de obter formação superior não é relacionado a licenciatura.

De acordo com Brasil (2009), o decreto enfatiza sucintamente que os cursos de formação de professores (inicial e continuada) devem ser organizados através de um regime colaborativo com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aos profissionais do magistério da educação básica vinculados a rede pública. Apoiando ainda a oferta e expansão desses cursos formativos nas instituições públicas de Ensino Superior, além de equalizar de modo nacional as oportunidades de formação para os profissionais de educação.

Destaca-se ainda que este decreto contribuiu e orientou também a criação dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente¹⁷, envolvendo diversas instituições. Os fóruns ao serem criados deveriam ser presididos em cada Estado brasileiro pelos Secretários Estaduais da Educação, promovendo e ampliando ações para a formação docente, concedendo bolsas de estudos e de pesquisa aos profissionais de educação para auxiliar na execução dos projetos relacionados a cada proposta aprovada, bem como conceder recursos financeiros aos estados, Distrito Federal e municípios, disponibilizados nas instituições públicas para implementar os projetos.

No Governo de Dilma Rousseff (2010-2016), deu-se continuidade aos projetos originados no Governo Lula voltados para a formação de professores. Formar professores é visto como um desafio para as políticas educacionais do nosso país, como é o caso do Plano Nacional de Educação (PNE) sancionado pela Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014 que revogou a Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001, propõem estratégias e alternativas para solucionar este problema que vem se estendendo em todos os governos, enxergando na educação a distância, por exemplo, uma oportunidade de contribuir no processo formativo dos profissionais de educação.

O Plano Nacional de Educação de 2014, traz metas e estratégias a serem cumpridas em dez anos (2014-2024), perpassando por todas as modalidades educacionais, tal como: na Educação a Distância (EaD), para expandir a oferta de vagas em cursos de formação e qualificação docente com o objetivo de melhorar os padrões de qualidade da educação brasileira.

¹⁷São órgãos colegiados que foram criados para servir de suporte no cumprimento dos objetivos preconizados na Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica para coordenar, propor, acompanhar e elaborar ações e estratégias direcionadas a formação de professores da educação básica em cada estado.

Brasil (2014) destaca que além do PNE nacional que prevê a formação de professores no ensino presencial e a distância, os Municípios, os Estados e Distrito Federal, também precisam elaborar os próprios planos educacionais de acordo com a sua realidade, tendo como base as orientações da Lei nº 13.005/2014 para ofertar cursos de formação de professores. As metas 15¹⁸ e 16¹⁹ do plano nacional destacam estratégias que asseguram formação inicial para professores da educação básica em cursos de licenciatura de acordo com a área que atuam e de qualificação em nível de pós-graduação “considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino” (BRASIL, 2014, s/p).

Durante o governo de Michel Temer (2016-2018), houve uma nova regulamentação pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que amplia o conceito de EaD, ressaltando que a educação a distância não é apenas mais uma modalidade de ensino, mas que prevê a necessidade da presença de profissionais qualificados para contribuir na formação dos estudantes, garantindo inclusive políticas de acesso aos cursos à distância, acompanhamento e avaliação (BRASIL, 2017a).

Na EaD, algumas IES realizam atividades presenciais previstas no projeto pedagógico com o intuito de aproximar o aluno ao ambiente de aprendizagem. Porém, em algumas o ensino a distância é ofertado 100% virtual, abrindo espaços presenciais apenas para as avaliações e estágios.

Um aspecto relevante a ser discutido como um importante instrumento jurídico criado no dia 20 de junho de 2017 é a Portaria Normativa nº 11, enfatizando no artigo 1, que as IES poderão disponibilizar cursos superiores a distância sem encontros presenciais quer seja de graduação ou pós-graduação. Assim sendo, esse ordenamento jurídico abriu espaço para as IES ofertarem cursos totalmente online voltados principalmente na formação de professores (BRASIL, 2017b).

¹⁸ Meta 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (BRASIL, 2014, s/p).

¹⁹ Meta 16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (*Idem.*).

As legislações que regem as diretrizes da educação a distância declaram que a EaD surge como uma aliada para democratizar o ensino e solucionar os problemas emergentes referentes a educação no Brasil. Para Santana (2012), esses discursos decorrem de uma representação política em que as intencionalidades precisam ser desveladas.

Em outras palavras, quando pensamos nos discursos relacionados a educação a distância, podemos observar que existe uma movimentação no intuito de destacar que o “dizer” remete a um discurso e o “fazer”, surge neste instante com o objetivo de promover uma educação de qualidade capaz de reduzir ou solucionar os problemas educacionais do nosso país, pois a retórica utilizada nessa primazia tem a finalidade de convencer a população de que a EaD é a salvação do sistema educacional (PEREIRA, MORAES e TERUYA, 2017).

Preti (2009, p. 26) ressalta que durante a crise estrutural do capitalismo que abalou principalmente o setor econômico, político e tecnológico, tornou possível a implementação da educação a distância, assumindo uma posição estratégica para viabilizar e satisfazer amplas e diversificadas necessidades de qualificação das “pessoas adultas para contenção de gastos nas áreas de serviços educacionais e, no âmbito ideológico para traduzir a crença de que o conhecimento está disponível a quem quiser”.

Portanto, podemos perceber que os marcos regulatórios para a EaD no Brasil estão desde o princípio se desenvolvendo de forma gradual e com algumas contradições. Para Giolo (2010) e Preti (2008), esse cenário tornou-se promissor por gerar economia de tempo e recursos de modo que o Brasil tem feito uso do ensino a distância na tentativa de revolucionar as oportunidades da educação superior no país.

3 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UFMA: a implantação de cursos de formação docente

A Educação a Distância na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) possui uma trajetória histórica e política de resistências e rupturas até obter o credenciamento para a oferta de cursos nessa modalidade. E hoje, a instituição possui estrutura e profissionais qualificados para contribuir no desenvolvimento intelectual, humano e sociocultural dos seus estudantes disponibilizando cursos presenciais e a distância, de extensão, graduação e pós-graduação em mais de 140 municípios espalhados em todo Maranhão (UFMA, 2012; ZORDAN, 2012; LIMA, 2015).

Assim, buscando compreender como ocorreu o processo histórico de implantação da Educação a Distância na UFMA, o quadro 3 traz os acontecimentos que marcaram a institucionalização da EaD, destacando ainda fatos atuais e perspectivas para a expansão do ensino a distância no Maranhão.

O primeiro acontecimento que marcou a institucionalização da educação a distância na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), conforme destacado no quadro 3, ocorreu no ano de 1970. Nesse período, a educação a distância já estava presente em projetos e programas de qualificação de profissionais da área de educação e da saúde, no intuito de melhorar a prestação de serviços públicos relacionadas a essas duas áreas.

Essas experiências desenvolveram-se na formação do professor universitário por meio de cursos promovidos pelo Serviço de Apoio e Assessoramento Pedagógico (SAAP), vinculado naquele tempo à Pró Reitoria de Graduação ou em projetos de extensão universitária de formação de professor. Nas ações do SAAP, destacou-se um curso modular sobre Planejamento e Avaliação de Aprendizagem, dirigido aos docentes da UFMA. Esse curso utilizava os Módulos produzidos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, constituído de apostilas e fitas de vídeos. Esses Módulos obedeciam a uma sequência rigorosamente planejada e seu desenvolvimento incluía tutoria, apresentação, pré-teste, estudos orientados e sessões de vídeos (conforme ritmo e tempo do professor), encontros presenciais coletivos e pós-teste, tendo a aprovação como critério para prosseguir no Módulo seguinte. Também o SAAP elaborou um projeto de formação continuada sobre o Sistema Keller, trazendo professor de outra IES para curso de fundamentação teórico-metodológica, na perspectiva de que essa metodologia pudesse ter uso em atividades de ensino e extensão (UFMA, 2013a, p. 12).

Quadro 3 – Historicidade da EaD na UFMA

Principais Acontecimentos	
Contexto histórico da EAD na UFMA	1970 - A EaD já fazia parte dos projetos de qualificação profissional.
	1980 - Os projetos de qualificação ofertados em 1970 foram descontruídos.
	1993 - A discussão da EaD é retomada na UFMA.
	1994 - Inclusão da UFMA no Consórcio Interuniversitários de Educação Continuada e a Distância (BRASILEAD) e a criação do Núcleo de Educação Continuada e a Distância (NECAD).
	1998 - Criou-se o Núcleo de Tecnologia Educacional (eduTECH).
	1999 - Participou das primeiras experiências de EaD promovidas pela Universidade de Brasília (UNB).
	2002 - Surge o Projeto UFMA Virtual e o NEAD-Saúde.
	2004 - A EaD institucionalizou-se com a criação do Núcleo de Tecnologias da Informação, Redes e Educação a Distância (NTIREAD), surgindo assim o Núcleo de Educação a Distância (NEAD).
	2006 - A UFMA é credenciada e autorizada a ofertar cursos na modalidade à distância.
	2007 - A educação a distância integrou as políticas prioritárias da UFMA.
	2015 - Recebeu o credenciamento para ofertar cursos superiores a distância.
	2017 - Iniciou as atividades com 10 cursos de graduação e 3 especializações.
	2018 - Foram incluídos mais 3 polos UAB no Maranhão.
	2020 - Prevê a criação de mais 6 polos e 2 cursos novos de pós-graduação.

Fonte: Elaborado pela autora.

Foi através desses projetos que a EaD passou a ser desconstruída na universidade na década de 80, cujos problemas na oferta desta modalidade não favorecia a interação entre os alunos e os professores, dificultando o acompanhamento, a aprendizagem e o processo avaliativo, além da massificação do ensino ofertado nessa época, onde o ensino era mecanizado, os conteúdos eram bem reduzidos, entre outras críticas direcionadas a esses projetos de qualificação de professores universitários.

Com o decorrer dos anos, em 1993 surgiram novas discussões em relação a retomada da educação a distância na UFMA, devido a necessidade de participar e firmar um convênio com o Consórcio Interuniversitários de Educação Continuada e a Distância (BRASILEAD) por integrar 54 instituições que ofertam

cursos a distância a nível superior, coordenadas pela Universidade de Brasília (UNB).

Após a BRASILEAD ser implantada na UFMA no ano de 1994, tornou-se necessário a criação do Núcleo de Educação Continuada e a Distância (NECAD), regulamentado pela Resolução, nº 32/94 pelo Conselho de Pesquisa e Extensão (CONSEPE), vinculado com o Programa de Mestrado em Educação e os Departamentos de Educação, pretendendo envolver outras áreas do conhecimento, como: biblioteconomia, informática e comunicação, primando a criação de grupos interdisciplinares para prestar apoio nas atividades dos demais departamentos acadêmicos da universidade.

Conforme o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do Curso de Licenciatura em Matemática na modalidade a distância, muitas dificuldades surgiram durante o processo de implantação do NECAD e da equipe interdisciplinar pela falta de apoio das políticas universitárias implementadas na instituição e pela mudança na administração do campus, pretendendo direcionar novas ações para EaD na UFMA (2013b).

Mesmo com essas dificuldades, o NECAD promoveu ações direcionadas para a formação continuada de professores, diretores e outros profissionais da educação de escolas públicas, como o curso de Gestão Educacional com carga horária de 160h. Esse curso foi realizado em 7 (sete) municípios maranhenses (São Luís, Bacabal, Caxias, Codó, Pedreiras, Pinheiro e Chapadinha), destes apenas “São Luís” abriu 2 (duas turmas) e os demais apenas 1(uma).

Uma outra experiência vivenciada na UFMA, mais nesse momento promovido pela Universidade de Brasília (UNB) em 1999, era um curso de Especialização em Avaliação mediado por um tutor. O método de ensino pregado no decorrer da pós-graduação era dividido por módulos, discutindo textos impressos e aulas gravadas em fitas de vídeos e posteriormente, participar das avaliações de cada módulo. Os cursistas durante todo o curso interagiam com o tutor e os professores da UNB, entrando em contato com estes tanto pelo telefone como por correspondência enquanto principais meios de comunicação para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

Em 1998, a UFMA ainda não estava credenciada para ofertar o ensino a distância, mas criou o Núcleo de Tecnologia Educacional (eduTECH) para promover atividades que envolvesse o ensino, a pesquisa e a extensão. A primeira atividade

realizada por este núcleo é a oferta de dois cursos de especialização, sendo um de “Informática na Educação” e o outro de “Gestão Empreendedora de Instituição de Ensino Superior”, ambos realizados de forma presencial, mais as atividades complementares eram feitas em conjunto com as ferramentas virtuais.

O eduTECH, buscando direcionar as atividades de extensão para a população maranhense, desenvolveu vários cursos, tais como: 1 (uma) turma de Informática na Educação, outra de Teleduc-Ambiente Virtual de Aprendizagem, 2 (duas) turmas de Banco de Dados e 4 (quatro) de Flash. As aulas eram realizadas nos laboratórios do Departamento de Informática.

Um núcleo que também iniciou suas atividades com a educação a distância foi o NEAD-Saúde, cujo objetivo era desenvolver ações de ensino e extensão na área da saúde. Buscando articular os conhecimentos nesta área, o Núcleo de Educação a Distância (NEAD-Saúde), desenvolveu o primeiro curso de Especialização em Saúde da Família no ano de 2002 para profissionais da saúde (médicos e enfermeiros) das cidades de Imperatriz e Timon. As aulas eram realizadas de forma presencial e virtuais, com auxílio do computador e do e-ProInfo para contribuir e facilitar a relação entre o professor e o aluno ou vice-versa através da troca de mensagens na sala de bate papo, via e-mail, na web e nas videoconferências. O E-PROINFO é um ambiente virtual onde o aluno adquire conhecimentos essenciais para colaborar na sua aprendizagem, sendo uma das opções mais utilizadas pelas instituições para ofertar cursos à distância, complementar um curso presencial ou outras ações para apoiar o processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2012).

Em conjunto com o NEAD-Saúde e adesão do BRASILEaD, surge o Projeto Ufma Virtual em 2002, desenvolvendo ações na intenção de ofertar cursos de diversas modalidades, tendo como base as experiências anteriores com o ensino a distância, despertando a necessidade de criar um espaço físico para desenvolver as atividades e metodologias ligadas a EaD, sendo mediada sempre com o auxílio das tecnologias. O local escolhido para realizar as atividades foi um auditório e uma sala de videoconferência para transmitir as aulas para outros municípios. O primeiro curso de nível superior promovido na UFMA vinculado com o Projeto UFMA Virtual foi a especialização em Magistério Superior à Distância.

O material didático disponibilizado nesta especialização, era 1 (um) CD-ROM e uma enciclopédia contendo 6 (seis) livros, e apenas as avaliações e a defesa

da monografia eram presenciais. Além deste, disponibilizou cursos de extensão para os universitários, como: Políticas Públicas, Repensando a Didática, Recursos Sensoriais e Como Pesquisar na internet. Em razão da UFMA não ter autorização para ofertar cursos à distância não concedeu certificados, disponibilizando apenas declarações das disciplinas cursadas com os créditos obtidos e a carga horária (UFMA, 2013a).

Na realidade, a institucionalização da Educação a Distância iniciou-se em 2004, com a criação do Núcleo de Tecnologias da Informação, Redes e Educação a Distância (NTIREAD), neste período o núcleo era composto pelas seguintes subunidades: o Núcleo de Tecnologia de Informação (NTI) e o Núcleo de Educação a Distância (NEAD). Logo, podemos afirmar que o Núcleo de Educação a Distância (NEAD), surgiu nessa época.

No ano de 2006, o contexto histórico da UFMA inicia um novo cenário na expansão dos cursos à distância após aderir ao Programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Este programa enquanto parte das ações do Governo Federal para expandir o número de vagas no ensino superior e melhorar a qualidade da educação, visava qualificar professores por meio do ensino a distância, então o principal objetivo era expandir e interiorizar a educação superior seguindo o Decreto de nº 5.800, de 08 de junho de 2006 “que segue o acompanhamento dos cursos e das estruturas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem” (ZORDAN, 2012, p.31).

Segundo Segenreich (2009, p. 208),

A UAB é formada por instituições públicas que levarão o ensino superior de qualidade aos Municípios brasileiros que não tem oferta ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender a todos os cidadãos. O conjunto de instituições públicas de ensino superior, em articulação e integração com o conjunto de polos municipais de apoio presencial, desenvolverão políticas públicas voltadas à ampliação e à interiorização da oferta do ensino superior e de qualidade no país.

Desta forma, a UFMA e a UAB ao firmarem parceria, a instituição foi credenciada para ofertar cursos à distância, cuja regulamentação ocorreu por meio da Portaria nº 682, de 17 de março de 2006 pelo Ministério da Educação – MEC (BASTOS FILHO *et. al.*, 2010).

Com a eleição do novo reitor da Universidade em 2007 que nesta época era o Prof. Dr. Natalino Salgado Filho, após ser empossado, solicitou o levantamento

de todos os cursos ofertados a distância que existiam na UFMA, com a finalidade de obter informações do quantitativo de vagas para controlar o número de estudantes a serem beneficiados no decorrer da sua gestão, ou seja, em quatro anos. Nesse período o Conselho Superior da UFMA estava analisando os cursos que seriam disponibilizados para população maranhense, tais como: Graduação em Licenciatura em Artes Visuais e Teatro (a serem disponibilizados apenas em Imperatriz, Pinheiro e São Luís) e o de Mídias na Educação que era um curso de extensão voltado para esses mesmos municípios.

No ano de 2015, a Universidade por meio do NEAD, obteve o recadastramento institucional para continuar ofertando curso de nível superior na modalidade a distância pautado no Parecer do Conselho de Educação – CNE/CES, nº 52/2015.

E em 2017, o núcleo passou a dar início a 10 (dez) cursos de graduação e 3 (três) de especialização por meio do edital nº 075/14, acordado entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Universidade Federal do Maranhão, disponibilizando 3.500 vagas em torno dos seus 15 polos de apoio presencial da UAB (UFMA, 2019).

No ano de 2018, com o aditamento do edital nº 75 de 2014 vinculado a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Núcleo de Educação a Distância iniciou as atividades em três novos polos (Arari, Viana e Dom Pedro) e incluiu mais 5 (cinco) cursos para beneficiar cerca de mais de 800 estudantes.

O NEAD, no segundo semestre de 2019 passou a ser chamado de Diretoria Interdisciplinar de Tecnologia da Educação (DINTE) e no ano de 2020 tornou-se a Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED), por concentrar e responder todas as atividades relacionadas a educação a distância de competência da UFMA. Atualmente, DINTE/UFMA vem ofertando 10 (dez) cursos de graduação em Administração, Administração Pública, Artes Visuais, Ciências Biológicas, Computação, Física, Letras, Matemática, Pedagogia e Química. Inclui também 3 (três) cursos de especialização em: Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, todos ofertados em 24 polos, sendo que 18 polos são de apoio presencial vinculados a Universidade Aberta do Brasil (UAB) nos municípios de Açailândia, Anapurus, Barra do Corda, Bom Jesus das Selvas, Caxias, Codó, Colinas, Fortaleza dos Nogueiras, Humberto de Campo, Imperatriz, Nina Rodrigues,

Porto Franco, Santa Inês, São Luís, Timbiras e em 2018, foram incluídos mais 3 polos em: Arari, Viana e Dom Pedro (UFMA, 2019).

Espera-se, portanto que em 2021 sejam abertos mais 5 (cinco) polos nos municípios de Alto Parnaíba, Paraibano, Penalva, Santa Quitéria e Urbano Santos para que sejam ofertados cursos de graduação e/ou pós-graduação neste mesmo ano, cumprimento assim o regulamento do edital 05/18 da CAPES que determina a implantação de cursos superiores nesses municípios. Os cursos de Letras/Português, Computação, Matemática, Pedagogia e Administração, serão ofertados nesse período, inclusive dois cursos novos de especialização em “Ensino de Matemática no Ensino Médio e Ensino de Ciências no Ensino Fundamental (Ciência é 10!) e beneficiará 1.500 alunos.

3.1 Diretoria de Tecnologias na Educação da Universidade Federal do Maranhão (DTED/UFMA): funcionamento e estrutura

A Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED) é o setor responsável pela gestão da modalidade a distância na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, por meio do apoio aos departamentos durante todo o processo de oferta de cursos” (UFMA, 2019, s/p). Atualmente, possui um quadro de profissionais qualificados, composto por professores doutores, mestres e especialistas, incluindo técnicos e assistentes que exercem suas atividades rotineiras no setor administrativo e pedagógico. Em relação a estrutura organizacional, inicialmente é composta pela direção e pelas coordenações de gestão pedagógica, tecnológica, administrativa, de curso e de tutores, na gestão dos cursos de Bacharelado em Administração e Administração Pública, Licenciatura em Artes Visuais, Ciências Biológicas, Computação, Física, Letras/Português, Matemática, Pedagogia e Química.

De acordo Mendes (2015, p. 35-36, grifo nosso), as ações do núcleo de educação a distância mantido pela UFMA, estão direcionadas para as seguintes perspectivas:

Missão: Ser o organismo de referência em estudos e pesquisas em EaD na UFMA, congregando pesquisadores, professores, equipe técnica e discentes num processo construtivo e interdisciplinar, objetivando o desenvolvimento contínuo, a ética na aprendizagem superior à distância.

Valores: Ser o organismo de referência em estudos e pesquisas em EaD na UFMA, congregando pesquisadores, professores, equipe técnica e

discentes num processo construtivo e interdisciplinar, objetivando o desenvolvimento contínuo, a ética e a afetividade na aprendizagem superior a distância.

Objetivo Geral: Congregar profissionais de diferentes áreas do conhecimento, estudos e pesquisas em EaD, proporcionando o desenvolvimento pessoal e profissional dos seres humanos por meio da educação superior na UFMA, num processo de construção coletiva, crítica e interdisciplinar, mediado pelas TIC;

Objetivos específicos: - Produzir conhecimentos sobre EaD e o uso das TIC nos processos educativos; - Verificar e mapear demandas de EaD por áreas de conhecimento no âmbito do Estado do Maranhão; - Planejar, desenvolver e avaliar cursos de extensão, graduação e pós-graduação lato sensu a distância a partir de demandas localizadas; - Promover a democratização do acesso a Educação por meio da modalidade a distância e o uso de TIC. O NEaD se propõe a respeitar a subjetividade do estudante, considerando o tempo de cada um no processo de aprendizagem, tendo como princípios: - Valorização dos conhecimentos prévios do discente, mediando a construção de novos conhecimentos; - Valorização do professor como mediador na construção de novos conhecimentos, sem perder de vista as aprendizagens anteriores;

- Estímulo ao desenvolvimento das competências do discente e aprimoramento de sua aprendizagem; - O professor-orientador deverá cercar-se de todos os recursos necessários ao processo formativo dos estudantes e, estes, devem se apropriar dos recursos que lhes são oferecidos (MENDES, 2015, p. 35-36, grifo nosso).

Dessa forma, após conhecer a missão, valores e o objetivo geral e específicos, torna-se possível perceber que a estrutura organizacional da DTED tem trabalhado de forma “integrada a gestão de metodologias educacionais, buscando a inovação tecnológica e o alinhamento às diretrizes atuais da política da educação superior no Brasil” (UFMA, 2013a).

Como citado anteriormente, a Educação a Distância na Universidade Federal do Maranhão era gerida pelo Núcleo de Educação a Distância (NEAD), por meio da Resolução nº 73 de 2004, período este que de fato institucionalizou a EaD nesta Instituição de Ensino Superior (IES), sendo que apenas no ano de 2006 recebeu autorização para ofertar cursos online a nível superior. Conforme Mendes (2015), o credenciamento concedido pelo Ministério da Educação (MEC) através da Portaria nº 682, impulsionou a criação de cursos na modalidade a distância de forma mais ampla e a nível estadual e municipal, sob a gestão do Reitor Natalino Salgado Filho, assumindo a responsabilidade de incluir esta modalidade de ensino nas políticas prioritárias da universidade.

Com o advento das tecnologias e o avanço da educação a distância no Maranhão, a UFMA por meio da Pró-Reitora de Ensino, dos Departamentos de Educação I e II em conjunto com o NEAD, atendendo a política de expansão do ensino superior e da inclusão social, conta com uma infraestrutura para atender aos

seus alunos e profissionais da educação, envolvendo nesse processo formativo ambientes capazes de contribuir na difusão do conhecimento de milhares de alunos espalhados em vários municípios maranhenses.

Em São Luís, o núcleo a distância possui um auditório virtual para comportar 50 pessoas, 1 (uma) televisão de 29", conexão à internet, projetores, sonorização, equipamentos para transmissão de videoconferência, lousa eletrônica e duas câmeras. Toda essa infraestrutura está localizada no Prédio Castelão, cujo ambiente físico compõe a sala de coordenação, secretaria e salas para produção de vídeos, de conteúdo, de exibição de vídeos e/ou videoconferências/reuniões e de tutoria.

A sede da DTED-UFMA, situado no Campus Bacanga em São Luís – MA, está conectada a 18 polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), conforme demonstrado na figura 1.

Figura 1 – Polos de Apoio Presencial UAB



Fonte: UFMA (2019).

Na figura 1, observa-se que existe atualmente 18 polos de apoio presencial UAB em atividade, promovendo cursos à distância nos municípios de São

Luís, Viana, Santa Inês, Humberto de Campos, Anapurus, Nina Rodrigues, Timbiras, Codó, Arari, Bom Jesus das Selvas, Caxias, Dom Pedro, Colinas, Açailândia, Imperatriz, Barra do Corda, Porto Franco e Fortaleza dos Nogueiras. A UFMA possui também 7 (sete) campi no interior do Estado, atendendo cerca de mais de 140 municípios, ofertando cursos de graduação, pós-graduação, extensão e aperfeiçoamento.

Sendo assim, os cursos à distância promovido pela UFMA sob o comando da Diretoria Interdisciplinar de Tecnologia na Educação, vem propiciando aos seus estudantes uma educação superior de qualidade, gratuita e para todos, produzindo conhecimentos com a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Dessa forma, a EaD tem contribuído na “formação acadêmica do aluno pautado em conhecimentos didático-científicos, apto a desenvolver competências e/ou habilidades requeridas ao exercício profissional” (UFMA, 2013b, p. 9).

3.2 O Curso de Licenciatura em Pedagogia a distância da UFMA: análise do Projeto Pedagógico Curricular (PPC)

A formação o Pedagogo tem sido tema de várias discussões sobre como ocorre o processo formativo deste profissional, principalmente quando ocorre em cursos à distância, já que este também pode atuar fora da sala de aula, como: na gestão escolar, em empresas, movimentos sociais, hospitais, produção de material pedagógico, indústrias de brinquedos, entre outras. O Curso de Pedagogia ofertado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) propõe qualificar profissionais de educação com qualidade para atuar no sistema educacional ou demais instituições, contribuindo na formação cidadã de crianças, jovens e adultos que buscam a escolarização. Verifica-se que esse cenário de discussões favoreceu reconfiguração do papel do pedagogo na sociedade, sua atuação, habilidades e competências adquiridas durante o processo formativo.

A Universidade Federal do Maranhão através da Diretoria de Tecnologias da Educação (DTED), implantou o Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade a distância no ano de 2013 com base no Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso presencial desta mesma área de atuação, onde foram incluídas novas informações relacionadas a educação a distância, portanto, o PPC foi

adaptado para o ensino a distância com base nos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância. Nesta nova reformulação, a partir do Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Pedagogia presencial foi incluído o eixo formativo 01 – Concepções e Metodologia de Estudos em EAD que reunia “conhecimentos que constituem os fundamentos teóricos-metodológicos de estudos na modalidade de Ensino à Distância, possibilitando o seu conhecimento e compreensão por parte dos educandos”, com o objetivo de adaptar seus componentes curriculares de acordo com legislação vigente (UFMA, 2007; 2013a, p. 24).

Dentre estas, podemos ressaltar os Referenciais de Qualidade para Educação Superior e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) aprovada pela Resolução Conselho Nacional de Educação, nº 1 de 2006, discorre no artigo 5º em relação as habilidades a serem elencadas pelo Pedagogo, incide: trabalhar, em espaços escolares e não “escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo” (BRASIL, 2006b).

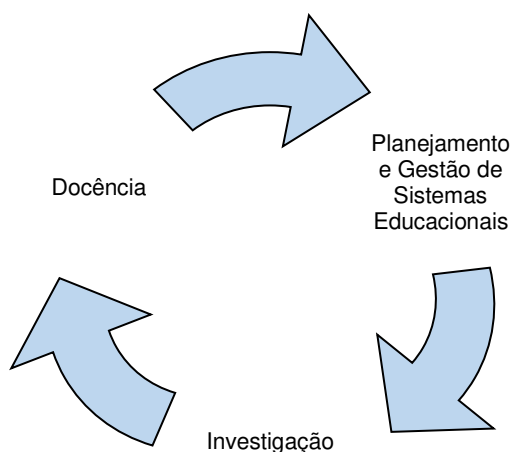
Destaca-se que o primeiro Projeto Pedagógico Curricular (PPC), criado em 2013, contou com a participação de vários profissionais da educação da Universidade Federal do Maranhão, desde: o diretor do antigo Núcleo Educação a Distância (NEAD), o coordenador adjunto da UAB/UFMA, o chefe de departamento de Educação I e II, 27 (vinte e sete) professores do Departamento I e 31 (trinta e um) do II, a comissão de ensino a distância e coordenação do curso e dois estudantes que representaram o curso. Durante este processo de elaboração do projeto para obter o reconhecimento do curso de Pedagogia em 2013, fizeram parte desse processo o Prof. Dr. João Batista Bittentuit Júnior, tendo como membros a Profa. Dra. Thelma Helena Costa Chanini, a Profa. Ma. Hilce Aguiar Melo e a Profa. Esp. Francilene Duarte que até então era coordenadora de tutoria. Contou ainda com a colaboração do diretor do Nead o Prof. Dr. Othon de Carvalho Bastos Filho, o Prof. Dr. Reinaldo Portal Domingo e a Pedagoga Profa. Esp. Luiza Carvalho de Oliveira.

A organização curricular traz consigo algumas exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) regulamentadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Conselho Pleno (CP), nº 1/2006, seguindo a normas estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovadas pela

Resolução CNE/CP nº 1/2004; nos Decretos nº 5.626/2005 (Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS) e 7.611/2011 que trata do Atendimento Educacional Especializado (AEE); na Lei nº 9.795/1999, destacando a respeito da inclusão da Educação Ambiental no processo educativo e no Parecer CNE/CP nº 261/2006, dispondo os procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula (BRASIL, 1999; 2004; 2005b; 2006b; 2006c; 2011; UFMA, 2017).

O futuro pedagogo que a universidade pretende formar, será qualificado nas seguintes dimensões enquanto elementos associados a base formativa, conforme demonstrado na figura 2.

Figura 2 – Dimensões Formativas



Fonte: Elaborado pela autora

A figura 2, demonstra que o curso de Pedagogia objetiva formar educadores para atuar na Educação Infantil e Ensino Fundamental, e na docência de disciplinas pedagógicas. Para o núcleo de educação a distância (UFMA, 2013a), durante a prática docente este profissional será capaz de promover e orientar o processo de aprendizagem e ensino de forma crítica, reflexiva e contextualizada, auxiliando na aquisição de novos conhecimentos, habilidades e valores dos discentes como aspectos relevantes para conviver em sociedade.

Na dimensão “Planejamento e Gestão de Sistemas Educacionais”, o pedagogo durante sua formação acadêmica poderá assessorar, planejar, implementar e avaliar experiências e projetos nos mais diferentes contextos educacionais (UFMA, 2013a). Além deste, pode implementar políticas e formas de

gestão no âmbito educacional, tendo como base a democracia como elementos articulador nesse processo formativo.

Outra competência correspondente a esta dimensão é a Gestão Pedagógica direcionada ao fazer pedagógico enquanto uma ação docente estabelecida entre o professor e o estudante, articulados por meio de um processo de comunicação vinculados diretamente ao ensino.

Uma outra dimensão que corresponde ao perfil profissional do pedagogo a ser formado pela Universidade Federal do Maranhão é a investigação. O profissional formado nesta área adquire atitudes voltadas para analisar a realidade ao qual está inserido, investigando e diagnosticando situações e/ou processos que fazem parte do Sistema Educacional, da escola e da sala de aula. Então, são essas as situações organizadas pelo pedagogo através de dados empíricos que demonstram esse olhar investigado. Não obstante, o curso inclui ainda um aprofundamento acerca da Educação de Jovens e Adultos, e Educação no Campo, como disciplinas ofertadas para atender as necessidades e os interesses da atuação do pedagogo em áreas específicas que também faz parte da sua identidade profissional.

A formação do pedagogo defendida pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), traduz o perfil formativo esperado pelo curso, cujas capacidades gerais e específicas, necessitam ser norteadas através dos seguintes objetivos gerais.

- Compreender o caráter histórico, sócio-político e cultural da educação e seus paradigmas, permitindo direcionar o trabalho pedagógico para a construção da sociedade que se quer.
- Compreender as necessidades e aspirações da sociedade no que se refere ao campo educacional, na construção de uma educação pública de qualidade.
- Caracterizar as necessidades e aspirações da sociedade no que se refere ao campo educacional, em sua dimensão estadual, viabilizando através de competências objetivas, a construção de uma educação pública de qualidade.
- Refletir e reconstruir permanentemente sua prática, pautando sua atuação na ética profissional e desenvolvendo uma atitude favorável à formação continuada (UFMA, 2013a, p. 20).

Os objetivos destacados anteriormente não demonstram apenas a objetividade geral do curso de Pedagogia, mais também suas especificidades que incluem desde a integração de conhecimentos contextualizados relacionados a prática pedagógica; buscar compreender como o processo de aprendizagem e o

desenvolvimento psicossocial do discente ocorre articulado com a prática docente; contribuir na implementação ou participação no planejamento e gestão das instituições de escolares; participar da elaboração do projeto pedagógico e curricular das unidades de ensino, elaborando também projetos educacionais interligados a ele; fazer uso de novas tecnologias da educação com a finalidade de contribuir no processo formativo do aluno; atuar no atendimento de pessoas com deficiência e/ou com alguma Necessidade Educacional Especial (NEE) por meio de metodologias que estejam de acordo com suas necessidades e especificidades, afim de assegurar a esses cidadãos a sua inclusão social, dentre outros objetivos específicos condizentes com o perfil do pedagogo que se pretende formar.

Sendo assim, o papel da educação, de acordo com Demo (1994, p. 20), é visto como um fator capaz de transformar a sociedade, contribuindo assim, na formação de “bons cidadãos, conscientes de seus direitos e deveres perante a sociedade”.

3.2.1 Organização e estrutura curricular: fundamentos teóricos-metodológicos

Formar profissionais para atuar na educação requer um planejamento vinculado com uma proposta curricular fundamentada com conhecimentos teórico-práticos articulados para o exercício da profissão. Logo, esses conhecimentos estão intrinsicamente ligados a organização curricular por situar o modo como o trabalho pedagógico será executado no decorrer do processo formativo do pedagogo, permitindo que todos os conteúdos e disciplinas selecionadas possam contribuir na prática educativa.

A proposta deste projeto pedagógico, visa um currículo construído em consonância com eixos científicos e culturais, levando em consideração também as experiências práticas que se busca desenvolver e/ou vivenciar no intuito de qualificar “profissionais-cidadãos” com domínio pleno de conhecimento, procedimentos e atitudes essencialmente relevantes e cruciais para exercer uma prática educativa mais crítica (UFMA, 2013a).

Dessa maneira, a base curricular do curso de Pedagogia visa ampliar a forma de atender os interesses e necessidades desses profissionais da educação, possibilitando opções de estudos de aprofundamentos em algumas áreas

específicas que se pretende atuar, permitindo um enriquecimento capaz de ampliar as temáticas para complementar o processo da sua formação. Isso acaba influenciando o aluno a adquirir mais autonomia para participar da construção e ampliação do seu currículo.

Toda organização curricular deve estar fundamentada nos aspectos teóricos e metodológicos para contribuir na aquisição de conhecimentos, habilidades e valores primordiais para atender as demandas preconizadas pela sociedade em que está inserido atualmente, desde que atenda e garanta o domínio teórico-metodológico “dos paradigmas que analisam e explicam o fenômeno educativo em geral, permitindo a compreensão de sua natureza histórica e dos pressupostos que tem fundamentado a prática educativa em diferentes contextos espaço-temporais” (UFMA, 2013a, p. 22).

Assim, Veiga (2004, p. 40), declara que o Projeto Pedagógico é uma ferramenta que esclarece a ação educativa da instituição de ensino. No entanto, não pode mais afirmar que é mera transmissora de interesses, ditados por outrem. Resta, portanto que em seu projeto pedagógico, assumam a visão de mundo “condizente com a realidade, entorno social e aspirações, conferindo ao seu currículo, projetos emancipatórios na constituição de formas de inteligência coletiva, flexíveis e democráticas, que busquem integrar e valorizar as singularidades”.

Um currículo quando trabalha o princípio educativo deverá promover uma formação ampla, qualificando o pedagogo para exercer suas atividades nos sistemas educacionais tanto em cargos de caráter pedagógico e administrativo, como em outras instâncias educacionais. Sendo assim, a formação interliga-se com o referencial teórico-prático enquanto um conhecimento para ajudar a compreender, analisar e criticar a própria prática educativa, fazendo com que este atue em outras funções do trabalho pedagógico, por exemplo: na docência, nos processos de investigação, planejamento e na gestão de instituições educacionais e escolares (MARANHÃO, 2019). A aproximação do futuro pedagogo segundo Almeida (2003), com o campo de trabalho é discutida desde a fase inicial do curso, pressupondo uma interação mais reflexiva e crítica em relação da teoria com a prática e vice-versa.

Pressupõe que a formação do pedagogo também engloba e integra os processos de investigação e pesquisa, auxiliando na aquisição de atitudes contínuas para analisar problemas presentes em torno do sistema e da realidade escolar. A

aprendizagem destacada nesta proposta curricular e no princípio formativo busca conceder um processo de aquisição, socialização e ampliação de conhecimentos.

Isto significa dizer que o desenvolvimento desta proposta supõe uma permanente interlocução, um trabalho coletivo e integrado entre professores e alunos. Requer um processo contínuo de alargamento das perspectivas teórico-metodológicas, possibilitando a articulação entre pensamento e ação concreta, com o objetivo de construir novas sínteses que apontem para diferentes possibilidades teórico-práticas, garantindo-se um estado de inovação permanente que não descarta o conhecimento já existente, mas o incorpora, superando os seus limites presentes (UFMA, 2013a, p. 23).

Neste tipo de currículo, a organização curricular está articulada com eixos formativos compostos por disciplinas direcionadas para desenvolver o conhecimento teórico-prático. Busca-se ainda nesta proposta garantir espaços voltados para integrar os conhecimentos de modo horizontal em todos os períodos letivos e criar outros de integração vertical, sem eximir a colaboração dos conhecimentos de outras áreas afins no intuito de enriquecer, ampliar e contribuir amplamente na compreensão dos problemas educacionais.

Na organização curricular, o curso de Pedagogia tem duração de 4 anos com carga horária total de 3.495 horas, sendo que o cumprimento dessas horas deve perfazer durante 08 (oito) semestres. Este curso de formação de profissionais de educação tem sido ofertado de modo semipresencial com aspecto modular, ofertando duas disciplinas em cada bimestre, cujos 80% de sua carga horária é realizada a distância, sendo acompanhados e orientados durante todo esse processo pelos professores das disciplinas, pelo tutor a distância no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e os demais 20% são desenvolvidos através de atividade presenciais. Vale ressaltar que em cada disciplina são realizados dois encontros presenciais nos Polos de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB), cujo acompanhamento é feito pelo tutor presencial, sendo que no final de cada semestre ocorrem atividades interdisciplinares sob a forma de seminários.

O uso das tecnologias surge neste processo como uma estratégia inovadora para impulsionar a busca e aquisição de novos conhecimentos através de situações-problemas que assumem caráter reflexivo, instigando a pesquisa e o desenvolvimento de planos de ação, buscando despertar a autonomia do aluno e assim, favorecer e ampliar a sua responsabilidade no rendimento acadêmico (MORAN, 2012).

As disciplinas mantidas na Plataforma Moodle²⁰ são organizados e elaborados pelos professores através da Matriz Instrucional auxiliados pela equipe multidisciplinar que demonstra como deve ser a elaboração das videoaulas, as atividades, provas, videoconferência, fóruns de discussão, etc. Cabe ainda aos profissionais definir o percurso das disciplinas já que tens autonomia para isso, lembrando que todo o processo de ensino-aprendizagem deve seguir o regulamento interno e a legislação vigente da Educação a Distância (EaD) e o processo avaliativo nesse contexto formativo ocorre sempre de forma presencial.

Dando continuidade as dimensões sobre a estrutura curricular do curso de Pedagogia embasados pelos princípios norteadores destacados anteriormente, ressaltam que as disciplinas curriculares estão organizadas em três eixos formativos: o eixo “Fundamentos Sócio-históricos e Político-culturais da Educação”; o de “Políticas e Gestão de Sistemas Educacionais, Escola e Organização do Trabalho Pedagógico”, e por fim, o eixo sobre “Aprofundamento em Áreas Específicas e Estudos Independentes”. Cada um, visa garantir a aquisição de conhecimentos teórico-práticos, essenciais para o exercício profissional (UFMA, 2013a). O quadro 4, destaca de modo representativo o eixo formativo, os subeixos, as disciplinas e a carga horária de cada componente curricular.

Quadro 4 – Eixo formativo sobre os fundamentos sócio-históricos e político-culturais da educação

EIXOS FORMATIVOS	SUBEIXOS	DISCIPLINAS	C.H
FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E POLÍTICO-CULTURAIS DA	Concepções e Metodologia de Estudos em EaD	Fundamentos da Educação a Distância	60
		Informática Aplicada à Educação	60
		Tecnologia de Informação e Comunicação na Educação	75
		Língua Portuguesa	60
		Língua Estrangeira (Inglês)	60
		Metodologia de Estudos	60
		SUBTOTAL	375
		Filosofia da Educação I	60
		Filosofia da Educação II	60
		Psicologia da Educação I	60
		Psicologia da Educação II	60
		Sociologia da Educação I	60

²⁰O Moodle é uma plataforma criada para ofertar cursos a distância, também conhecido como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Este software gratuito tem sido bastante utilizado enquanto uma ferramenta para apoiar o processo de ensino e aprendizagem.

EDUCAÇÃO	Contexto Histórico e Sociocultural da Educação	Sociologia da Educação II	60	
		História da Educação	60	
		História da Educação Brasileira	60	
		Estudos Comparados de Educação	60	
		História, Política e Cultura da Infância e Adolescência	60	
		Estados, Movimentos Sociais e Políticas Educacionais	60	
		Antropologia	60	
		SUBTOTAL		720
		TOTAL DO EIXO TEMÁTICO		

Fonte: UFMA (2013a).

Conforme demonstrado no quadro 4, observa-se nesse eixo como os conhecimentos estão reunidos em prol da compreensão e explicação dos fenômenos que rondam a modalidade presencial e a distância. No subeixo das concepções e metodologia de estudos em EaD, prevê conhecimentos fundamentados teórico e metodológico no ensino a distância, onde as disciplinas de Fundamentos da Educação Básica, Tecnologia de Informação e Comunicação na Educação, Informática Aplicada à Educação, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira (inglês) e Metodologias de Estudos, garantem o conhecimento e a compreensão dos alunos.

O contexto histórico e sociocultural da educação é outro subeixo destacado no eixo formativo, cujos fundamentos filosóficos, históricos, políticos, econômicos, sociológicos e antropológicos caracterizam o processo educativo e formativo do educando. Além deste, inclui fundamentos de caráter psicológico capaz de permitir a reflexão e a crítica sobre as relações estabelecidas entre a educação, a sociedade e a cultura. Por este íterim, as disciplinas de Filosofia da Educação I e II; Psicologia da Educação I e II; Sociologia da Educação I e II; História da educação; História da Educação Brasileira; Estados, Movimentos Sociais e Políticas Educacionais; História e Política da Infância e da Adolescência; Antropologia e Educação, contribuem na compreensão histórica dessas relações estabelecidas tanto no nível macro como microsocial.

No quadro 5, será destacado o eixo formativo sobre as políticas e gestão de sistemas educacionais, escola e organização do trabalho pedagógico acompanhado de três subeixos que demonstram os conhecimentos teórico-metodológicos a serem desenvolvidos.

Quadro 5 – Eixo formativo sobre políticas e gestão de sistemas educacionais, escola e organização do trabalho pedagógico

EIXOS FORMATIVOS	SUBEIXOS	DISCIPLINAS		C.H	
POLÍTICAS E GESTÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS, ESCOLA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	Gestão de Sistemas Educacionais	Gestão e Organização de Sistemas Educacionais I		60	
		Gestão e Organização de Sistemas Educacionais II		60	
		Currículo		60	
		Didática I		60	
		Política e Planejamento Educacional		60	
		Avaliação de Políticas Públicas e Instituições		60	
		Estatística Educacional		60	
		Educação e Trabalho		60	
	Formação para a Docência			SUBTOTAL	480
		Leitura e Produção Textual			60
		Didática II			60
		Fundamentos da Educação Infantil			60
		Fundamentos e Metodologia da Alfabetização			60
		Fundamentos e Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa			60
		Fundamentos e Metodologia de Ensino de Matemática			60
		Fundamentos e Metodologia de Ensino de Ciências			60
		Fundamentos e Metodologia de Ensino de História			60
		Fundamentos e Metodologia de Ensino de Geografia			60
		Metodologia da Educação Infantil			60
		Estudos de Arte e Cultura Popular			60
		Educação Especial			60
		LIBRAS			90
		Educação Ambiental			60
					SUBTOTAL
	Práticas Educativas Integradoras	Metodologia da Pesquisa Educacional			60
		Pesquisa Educacional			60
		Educação para a Diversidade			60
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO	Em Gestão do Trabalho Docente		75
			Em Docência na Educação Infantil		90
			Em Docência de Anos Iniciais do Ensino Fundamental		135
			Em Formação de Formadores		90
			Em Gestão e Organização da Educação Fundamental		90
			Em Gestão de Sistemas Educacionais e Instituições de Ensino Médio		90
			Monografia		60
				SUBTOTOTAL	810
	TOTAL DO EIXO FORMATIVO				2160

Fonte: UFMA (2013a).

Neste eixo, o discente deverá adquirir conhecimentos diversificados para desenvolver o trabalho pedagógico nos sistemas educacionais e nas instituições de ensino, primando a integração e ampliação da compreensão em torno das relações sociais desenvolvidas nesses espaços. Embora esteja dividida em 3 (três) subeixos, os conteúdos propostos neste eixo formativo devem ser cursados de forma integrada e inter-relacionada com os componentes curriculares.

O primeiro subeixo corresponde a gestão dos sistemas educacionais, onde prevê a formação de profissionais da educação que sejam gabaritados para prestar assessoria, planejamento, implementação, avaliação de projetos educacionais, etc. Em relação a gestão do sistema escolar, o futuro pedagogo pode contribuir na autonomia da instituição, no planejamento didático e na organização do projeto curricular e do Projeto Pedagógico Curricular (PPC), atuando também na elaboração de propostas de intervenção para solucionar problemas educacionais, implementando ações para aproximar a família, a escola e a comunidade enquanto uma relação de suma importância para o processo de ensino e aprendizagem através das seguintes disciplinas: Gestão e Organização de Sistemas Educacionais I e II, Currículo, Didática I, Política e Planejamento Educacional, Avaliação de Políticas Públicas e Instituições Educacionais, Estatística Educacional e, Educação e trabalho (UFMA, 2013a).

A formação para a docência é o segundo subeixo correspondente ao processo formativo cujas disciplinas de Leitura e Produção Textual; Didática II; Fundamentos da Educação Infantil; Fundamentos e Metodologias da Alfabetização; Fundamentos e Metodologias de Ensino de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia; Metodologias da Educação Infantil; Estudos de Arte e Cultura Popular; Educação Especial; LIBRAS e Educação Ambiental, devem propiciar inúmeros saberes para que o aluno tenha domínio dos conteúdos quando atuar nas instituições, associando o fazer pedagógico em parceria com metodologias que irão instrumentar a sua transposição didática de forma crítica e significativa.

Vale ressaltar que o aspecto tecnológico surge mais uma vez nessa conjuntura, chamando atenção sobre a utilização e o domínio das novas tecnologias educacionais, como ferramentas inovadoras para contribuir no processo de ensino e aprendizagem.

O último subeixo, traz as práticas educativas integradoras enquanto um princípio interdisciplinar envolvendo a relação teoria-prática como um critério para

integrar os conteúdos curriculares. Nesse âmbito, as disciplinas que situam este subeixo, são: Metodologia da Pesquisa Educacional, Pesquisa Educacional, Educação para a Diversidade, Estágio Supervisionado (nas áreas de gestão do trabalho docente, docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental), Formação de Formadores, Gestão e Organização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, Gestão de Sistemas Educacionais e Instituições de Ensino Médio, e elaboração de um trabalho monográfico.

O estágio supervisionado surge neste instante como um elemento obrigatório vinculado com a teoria e a prática, preparando o discente não apenas para se tornar um cidadão mais qualificá-lo para atuar na sua área. Para Almeida e Pimenta (2014, p. 73), no decorrer da graduação começam a ser construídos os conhecimentos, habilidades, posturas e atitudes que contribuem na formação profissional. E a partir do momento que os estágios se iniciam, esses conhecimentos “são ressignificados pelo aluno estagiário a partir de suas experiências pessoais em contato direto com o campo de trabalho que, ao longo da vida profissional, vão sendo reconstruídos no exercício da profissão”.

Articular a teoria com a prática por meio do estágio é uma necessidade enriquecedora para inserir o acadêmico na gestão educacional e no ensino (docência) afim de garantir uma vivência mais dinâmica da realidade escolar, o qual está inserido. Este contato está estabelecido e regulamentado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) através da Resolução nº 90/99, pela Lei 11.788/2008, “e pela Resolução nº 684/2009 - CONSEPE, e também por Norma Complementar específica do Colegiado do Curso” (UFMA, 2013a, p.27).

A atividade do estágio supervisionado permite observar e avaliar o processo formativo do aluno desde o início do curso e após integrar os conteúdos teóricos aprendidos. A duração do estágio deve ser cumprida em 570 horas a serem realizadas a partir do 5º Período em seis etapas, conforme demonstrado no quadro 5, destacando que em cada etapa o estudante deverá elaborar um relatório das atividades desenvolvidas. Destaca-se que todo o processo teórico-prática ou vice versa, deve ser realizado em instituições de ensino e de preferência do Sistema Público (Rede Estadual e Municipal), e/ou também promover a participação dos alunos em atividades de extensão em projetos sociais, desde que estejam vinculadas as atividades de cada etapa dos estágios.

Outro componente curricular a ser destacado é o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no formato de monografia. O trabalho monográfico tem caráter obrigatório em que o estudante evidencia os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no decorrer da sua formação acadêmica, tornando um instrumento essencial para desenvolver as competências e o interesse pela pesquisa.

O hábito pela pesquisa pregado no decorrer do curso, visa colaborar no aspecto metodológico, teórico e prático, primordiais na elaboração da monografia por meio de componentes curriculares, como: Metodologia de Estudos, Metodologia da Pesquisa Educacional e Pesquisa Educacional que destacarão os métodos de pesquisas para que o discente consiga analisar cientificamente o ambiente escolar nos seus mais diversos contextos. O Projeto Pedagógico Curricular (PPC), ressalta ainda que os seminários, as atividades (extracurricular e interdisciplinar) e demais componentes curriculares envoltos do subeixo que retratam as práticas educativas integradoras, permitem a aquisição de conhecimentos que nortearão o desenvolvimento do referencial teórico de acordo com o objeto de estudo (UFMA, 2013a).

As demais informações neste processo de conclusão de curso, serão realizadas com a orientação de 1 (um) professor, 1 (um) tutor presencial e outro à distância, e de um professor orientador para acompanhar a construção da monografia no último módulo do curso, sendo este delegado pelo Departamento de Educação I e II, ou de outro departamento pedagógico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), ou também pode ser um professor visitante cuja orientação só poderá ser autorizada mediante a homologação do Colegiado do Curso.

Cabe ao orientador, no entanto, acompanhar o orientando e a frequência dos encontros durante todo o processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sendo que o professor poderá orientar apenas quatro alunos individualmente a cada semestre. Já a defesa da monografia será aprovada inicialmente com um projeto de pesquisa condicionado ao relatório de estudos independentes, após aceite desses documentos pelo Colegiado do Curso, o aluno terá a autorização para realizar sua pesquisa sob orientação de um professor da instituição. Nesse sentido, após a construção do TCC o aluno receberá autorização do orientador para realizar a defesa da pesquisa perante uma banca composta por dois professores e o orientador, cabendo ainda a admissão de uma quarta pessoa

para ser suplente, no intuito de substituir o professor titular caso não esteja presente ou impedido de participar do exame.

O último eixo formativo do curso de Pedagogia, está caracterizado no quadro 6, demonstrando os subeixos, os componentes curriculares e a duração de cada um destes, como requisitos para aprofundar o conhecimento em áreas específicas através de núcleos temáticos.

Quadro 6 - Eixo formativo sobre aprofundamento em áreas específicas e estudos independentes

EIXO FORMATIVO	SUBEIXOS	DISCIPLINAS	C.H
APROFUNDAMENTO EM ÁREAS ESPECÍFICAS E ESTUDOS INDEPENDENTES	Aprofundamento em Núcleos Temáticos (Optativas)	Educação do Campo (NT I)	
		História e Políticas da Educação do Campo	60
		Fundamentos Teórico-práticos da Organização e da Elaboração de Políticas e Projetos Sociais do Campo	60
		Educação de Jovens e Adultos (NT II)	
		Fundamentos, História e Política da Educ. de Jovens e Adultos	60
		Metodologias e Práticas da Educ. de Jovens e Adultos	60
		SUBTOTAL	120
	Estudos Independentes	Estudos e Atividades teórico-prática de Educação, com aprofundamento em áreas específicas, por meio de:	
		• Iniciação Científica • Extensão Universitária • Monitoria • Congressos, Cursos e Eventos Científicos.	120
		SUBTOTAL	120
TOTAL DO EIXO FORMATIVO			240
TOTAL GERAL			3.495

Fonte: UFMA (2013a).

Observa-se no quadro 5, o último eixo formativo denominado de “Aprofundamento em Áreas Específicas”, busca atender o princípio da flexibilidade, destacando a respeito das escolhas dos estudantes, levando em consideração os interesses e necessidades individuais, pois as disciplinas ofertadas nesse eixo são optativas, então parte do aluno escolher quais as que pretende aprofundar e/ou participar. Lembrando que é preciso escolher pelo menos um desses componentes curriculares.

Aprofundar sobre os núcleos temáticos é caracterizado o primeiro subeixo formativo relacionado as áreas específicas, tal como: Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo. Nesses componentes curriculares, o aluno tem a oportunidade de cursá-los de forma integral com as demais disciplinas do Curso de Pedagogia. Para a Diretoria Interdisciplinar de Tecnologia da Educação (UFMA, 2013a), destaca que os núcleos temáticos podem ser incluídos ou substituídos por outras disciplinas, sem prejudicar o andamento do curso, nem a sua estrutura e muito menos se configurar como uma reforma curricular.

Já o subeixo sobre os estudos independentes, aborda algumas competências a serem desenvolvidas na formação do acadêmico. O principal objetivo do subeixo 2 é promover a valorização e estimular a aquisição de conhecimentos fora da academia, valorizando assim as experiências e vivências externas ao curso como uma ferramenta para enriquecer o currículo. Os estudos independentes são ofertados com duração de 120 horas, correspondendo a oito créditos teóricos no intuito de incentivar o aluno a participar destes estudos através de monitoria, iniciação científica, extensão universitária, congressos, cursos, eventos científicos, disciplinas extracurriculares, dentre outros, logo, tais estudos precisam estar interligados com a área de formação.

O projeto pedagógico do curso de Pedagogia a Distância, ressalta também a questão do processo avaliativo, relacionado ao processo ensino-aprendizagem. A avaliação da aprendizagem neste curso, segue com base os aspectos qualitativos, emancipatórios, processuais e formativa, capaz de incentivar a participação e a auto avaliação dos estudantes a respeito do processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Silva, Hoffmann e Estebann (2005), a avaliação sob o caráter qualitativo, emancipatório, processual e formativo, visa na realidade analisar a aprendizagem do estudante em sala de aula, a partir da sua compreensão face as atividades propostas, buscando identificar o funcionamento cognitivo durante esse processo formativo, desde os avanços, dificuldades, habilidades desenvolvidas, autonomia, etc. Ou seja, neste tipo de avaliação, por exemplo, demonstra se os objetivos propostos pelo professor estão sendo alcançados pelos estudantes, por esse motivo permite adaptações na prática educativa em prol da melhoria na aprendizagem do aluno.

O processo avaliativo dar-se-á no acompanhamento dos discentes na realização das atividades propostas nos módulos de cada período e semestre através de elaboração de textos, resenhas, sínteses, resumos, trabalhos, participação nos fóruns de discussões, seminários, entre outros, tendo como base a cultura e a realidade dos alunos. Assim sendo, a duração de todos os componentes curriculares discriminados na estrutura curricular do Curso de Pedagogia está discriminada no Calendário Acadêmico e o encerramento destes são feitos por meio de provas presenciais, exercícios e/ou relatórios.

Destaca-se que as condições para aprovação em todos os módulos serão realizadas por meio de atividades e trabalhos que servirão para comprovar a frequência do acadêmico e na contagem dos pontos na emissão da nota. O estudante poderá ser aprovado a partir do momento que estiver envolvido ativamente de todas as atividades propostas ao longo do curso, realizando tarefas avaliativas de forma presencial e a distância, além de frequentar o polo do curso para fazer as atividades presenciais e obter nota igual ou superior a 7 (sete) nos componentes curriculares. Assim, os pesos da avaliação estão representados da seguinte forma: a) durante a realização das atividades no campo virtual, isto é, a distância - equivale a 40% da nota e os demais 60% corresponde as provas presenciais (UFMA, 2013a; 2013b).

Em relação a integração “ensino, pesquisa e extensão”, o Projeto Político Pedagógico traça o perfil institucional, promovendo uma formação cultural orientada no princípio da indissociabilidade, buscando fortalecer as relações estabelecidas entre a teoria e a prática, e da universidade para sociedade. A Universidade deve promover uma formação crítica, emancipatória e ética, sustentada numa base científica e cultural, visando que o aluno compreenda e analise a realidade no qual está inserido.

A UFMA (2013a), propõe através do curso de Pedagogia ofertado na modalidade a distância, um ensino de qualidade comprometida na difusão do conhecimento, contribuindo na formação do cidadão, além de comprometer-se no desenvolvimento da sociedade tanto a nível local, regional e nacional. A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) surge neste contexto, visando atender esses interesses e necessidades, enxerga no ensino, na pesquisa e na extensão uma forma de incluí-los na estrutura curricular.

Sendo assim, o Curso de Licenciatura em Pedagogia a distância da UFMA, através da Diretoria de Tecnologias da Educação (DTED), tem-se organizado para integrar o ensino e a extensão no decorrer da formação do aluno com atividades de cunho acadêmico, científico e cultural para motivá-lo a participar das ações que envolvem a pesquisa e a extensão. Outro modo de integrar essa proposição é através do estágio supervisionado como um campo privilegiado para interligar a universidade e a comunidade. Já o apoio logístico disponibiliza a estrutura necessária para essa integração, desde: laboratórios, equipamentos, pessoal qualificado, formando ainda parcerias com a comunidade, etc., promovendo também cursos de extensão e programas de iniciação científica.

4 O CONTEXTO DA PRÁTICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFMA NA VISÃO DOS DOCENTES COM BASE NOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Este capítulo, traz os discursos e as práticas institucionais que emergem do processo de implementação e desenvolvimento do Curso de Licenciatura em Pedagogia a distância da Universidade Federal do Maranhão na concepção dos docentes, tendo como base os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância e o Contexto da Prática do ciclo de políticas de Ball e Bowe de 1992.

O contexto da prática é considerado o eixo onde a política é interpretada e recriada, promovendo efeitos e consequências capazes de gerar transformações perante a política original, ou seja, as políticas de certo modo não são simplesmente implementadas na prática, mas estão sujeitas a interpretações. Dessa forma, Bowe, Ball e Gold, 1992, p. 22), demonstra que:

[...] os profissionais que atuam no contexto da prática [escolas, por exemplo] não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos [...]. Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos. A questão é que os autores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal entendidas, réplicas podem ser superficiais etc. Além disso, interpretação é uma questão de disputa. Interpretações diferentes serão contestadas, uma vez que se relacionam com interesses diversos, uma ou outra interpretação predominará, embora desvios ou interpretações minoritárias possam ser importantes.

Esta abordagem do ciclo de políticas na visão de Bowe, Ball e Gold, 1992), descreve que os docentes e demais profissionais envolvidos no processo de análise de uma política, assumem um papel de suma relevância no processo de interpretação e reinterpretação de uma política. Então, a forma como esses sujeitos pensam e acreditam interferem diretamente no processo de implementação das políticas, como por exemplo, o Decreto 5.622/2005.

Segundo o Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005 ao regulamentar o art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/96 destaca que para ofertar cursos à distância, determina que as instituições de ensino necessitam criar um Projeto Pedagógico Curricular (PPC), bem elaborado para

nortear ações administrativas, tecnológicas e pedagógicas²¹, de acordo com os referenciais de qualidade, levando em consideração a contextualização das aprendizagens, características geográficas, demográficas, econômicas e socioculturais do estado e suas regiões. Dessa maneira, as políticas buscam respeitar e valorizar a autonomia pedagógica, a identidade e a diversidade de cada localidade.

Junges, Povaluk e Santos (2009), consideram que o planejamento do Projeto Pedagógico Curricular (PPC) é um instrumento capaz de orientar a qualidade do ensino na EAD. Por este motivo, os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior na modalidade a distância do Ministério da Educação de 2007, surge um regulador para supervisionar e avaliar os cursos, além de ser um orientador para os gestores na elaboração dos Projetos Pedagógicos.

“Por outro lado, as orientações contidas neste documento devem ter função indutora, não só em termos da própria concepção teórico-metodológica da educação a distância, mas também da organização de sistemas de EaD” (BRASIL, 2007, p. 2).

Conforme à complexidade e necessidade de uma abordagem sistêmica, os projetos de oferta de cursos à distância precisam seguir as orientações dos referenciais de qualidade, tendo como base os aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura. Logo, essas dimensões precisam estar expressas no projeto pedagógico juntamente com os seguintes tópicos: I. Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem (destaca de forma clara e objetiva a concepção epistemológica em relação a educação, o currículo, a metodologia de ensino-aprendizagem, o tipo de aluno o qual pretende formar, etc.); II. Sistemas de Comunicação (define o modelo de comunicação eficiente entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, proporcionando um ambiente interativo e estimulador com ajuda das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); III. Material Didático (Precisa ser elaborado seguindo os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos para contribuir na construção do

²¹ A ação administrativa, refere-se aos processos institucionais e administrativos de um projeto de Educação a Distância, incluindo: custos, matrícula, mensalidades, atendimento à legislação, divulgar cursos, etc. Já as tecnológicas são ações vinculadas a utilização e integração das tecnologias no processo de ensino para a produção e disponibilização das mídias e materiais didáticos, como no processo de aprendizagem por meio dos diversos recursos e ferramentas de informação. Nas ações pedagógicas, prevalece os processos direcionados ao ensino e a aprendizagem, incluindo as etapas de planejamento, elaboração de conteúdo, acompanhamento, tutoria e avaliação (MANCINI, 2018, p. 6).

conhecimento e aquisição de novas habilidades e competências). IV. Avaliação (O processo avaliativo deve contemplar a dimensão referente ao acompanhamento da aprendizagem dos estudantes e a institucional, primando uma avaliação afim de promover melhorias no curso); V. Equipe multidisciplinar (compreende profissionais que exercem funções de planejamento e implementação de um curso EAD); VI. Gestão acadêmico-administrativa (corresponde aos serviços ofertados virtualmente pela instituição da mesma de um curso presencial); VII. Sustentabilidade financeira (trata dos investimentos realizados pela instituição relacionadas as atividades tecnológicas, pedagógicas e político administrativas (MANCINI, 2018; BRASIL, 2007)).

Portanto, através dessa conjuntura, este estudo busca analisar com base no contexto da prática as políticas de formação professores a distância no sentido de compreender o processo de implementação e desenvolvimento do curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

4.1 O Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de Licenciatura em Pedagogia à distância da UFMA: o que dizem os sujeitos da pesquisa

Esta investigação segue com base num estudo de caso e análise documental, perpassando por uma pesquisa exploratória com embasamento qualitativo seguido de análise de conteúdo, pautada no ciclo de políticas criada por Stephen Ball e Richard Bowe (1992), com ênfase no contexto da prática, tendo o objetivo de analisar as políticas de formação professores a distância” buscando apreender como elas foram compreendidas e (re)significadas durante o processo de implementação e desenvolvimento do Curso de Licenciatura em Pedagogia a distância.

O *lôcus* da pesquisa foi o curso de Pedagogia a distância da Universidade Federal do Maranhão, campus Bacanga mediado pela Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED). Os dados empíricos foram obtidos no mês de janeiro de 2021, envolvendo a participação de 4 (quatro) docentes que exerceram funções ligadas as coordenações do núcleo e/ou dos cursos de formação de professores à distância ofertados pela universidade, além de terem colaborado na elaboração do Projeto

Pedagógico Curricular (PPC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia no ano de 2013.

Dentre os investigados, 3 (três) eram do sexo feminino e 1 masculino, a maioria tem entre 48 a 56 anos e apenas um estava na faixa etária de 57 a 65 anos, além disso todos afirmaram que a última titulação acadêmica adquirida foi o doutorado e atuam como docentes na Universidade Federal do Maranhão há mais de 11 anos (3) e apenas 1 (um) está há 30 anos. Ao serem questionados sobre como ocorreu sua participação nos cursos superiores a distância, apenas um destacou ter exercido a função de coordenador do curso de Pedagogia, tutor e professor formador, os demais não destacaram o tipo de coordenação exercida durante sua permanência no núcleo de ensino a distância.

No decorrer da pesquisa, os docentes foram indagados se possuíam conhecimentos ou experiência com a educação a distância antes de atuar no curso de pedagogia, cujas respostas foram unânimes afirmando que todos já haviam atuado nesta modalidade de ensino. Neste instante é válido considerar que o profissional de educação, mais especificamente o “professor” tem a responsabilidade de mediar e criar situações didáticas para suprir as necessidades educacionais e o interesse dos discentes, logo, adquirir experiência no ensino a distância é algo crucial para obter resultados positivos no processo de ensino-aprendizagem, no intuito de estimular o pensamento crítico buscando encorajar a aquisição de novos conhecimentos com atividades pedagógicas que incentivem a construção do saber (SANTOS, 2006; FRIGOTO, 2013).

Para Carvalho (2018, s/p), o papel do professor EAD tem uma relevância “muito maior do que se imagina. Ele sempre será a “porta de entrada” no ambiente de aprendizagem, principalmente à distância. Pois promove a construção de conhecimento através de um papel cooperativo, dinâmico e muito interativo”.

Dentre os questionamentos levantados no questionário online, um destes trouxe a concepção de 3 (três) docentes sobre a educação a distância e apenas 1 (um) optou por não responder tal questão, cujos discursos sinalizaram ser:

Uma modalidade de ensino que visa diminuir o contingente de pessoas em graduação e promove o desenvolvimento da autonomia de estudo. (Professor A).

Educação não presencial mediada por Tic. (Professor B).

Educação planejada e direcionada a alunos que estejam geograficamente dispersos e que permite com que os conteúdos sejam consumidos em

horários diferenciados, atendendo a uma exigência de um público que se não fosse desta maneira não poderia frequentar a um curso regular (Professor C).

Conforme demonstrado acima, os professores consideram a educação a distância como uma modalidade de ensino voltada para atender pessoas que por algum motivo tiverem dificuldades para frequentar um curso regular. Para Junges, Povaluk e Santos (2009), enfatiza que a educação a distância por garantir uma flexibilidade na forma de aprender tem atraído milhares de indivíduos que desejam conquistar um bom emprego, ter um diploma do ensino superior ou apenas almejam crescer profissionalmente. A ascensão do ensino a distância só tornou possível com a evolução e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), disponíveis pelas instituições de ensino para mediar o processo formativo e a relação entre o professor e o aluno acaba sendo fortalecida com o auxílio de ferramentas digitais

Os docentes da Universidade Federal do Maranhão também foram questionados se conheciam os referenciais de qualidade para educação superior a distância elaborada pelo Ministério da Educação em 2007, durante sua participação na elaboração do Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de Licenciatura em Pedagogia a distância. Logo, todos afirmaram que conheciam os referenciais de qualidade antes da elaboração do projeto pedagógico em 2013.

Conhecer os referenciais de qualidade para educação superior a distância é um dos critérios essenciais para obter um projeto pedagógico de qualidade conforme as orientações do Governo Federal, permitindo aos docentes, gestores, coordenadores, tutores e demais profissionais envolvidos na formação profissional, um conjunto de conhecimentos de acordo com as dimensões necessárias para a formação do cidadão.

Discutir a qualidade em educação é uma forma de conhecer concepções diversas e adentrar a um campo amplo de situações que definem se a educação é ou não de qualidade. Para Demo (2001), existem três tipos de aspectos que envolvem a qualidade em educação, conforme demonstrado no quadro 7.

Quadro 7 – Aspectos da qualidade em educação no Ensino Superior

Aspectos		
Acadêmica	Social	Educativa
Aquela que surge na produção original do conhecimento por meio da docência e refere-se às capacidades do professor de transmitir conhecimentos advindos das práticas de pesquisa que convergem em soluções para problemas específicos da sociedade.	Aquela que provém das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, as instituições educacionais atuam de forma relevante no desenvolvimento da sociedade.	Aquela que consegue atingir o nível de construção ou formação da cidadania de maneira que este possa inferir e interferir na sua realidade social.

Fonte: Adaptado de Demo (2001).

Os aspectos acadêmico, social e educativo descritos anteriormente por Demo (2001), são dimensões da qualidade presentes na educação superior, levando em consideração diferentes perspectivas conceituais, políticas, culturais, econômicas e pedagógicas.

A última questão feita aos docentes em relação a segunda seção da pesquisa que trata do Projeto Pedagógico Curricular, se estes tiveram conhecimento de como ocorreu o processo de elaboração do PPC do Curso de Pedagogia a distância e todos afirmaram que “sim”. Então, este contexto é algo de suma importância para perceber que todos os envolvidos na construção do projeto pedagógico estão cientes de todas as etapas de elaboração para que o ensino e a aprendizagem sejam alicerçados com base nos referenciais de qualidade para educação superior a distância.

A participação é um dos elementos cruciais na elaboração de um projeto pedagógico por ser um aspecto de grande importância nas instituições de ensino por influenciar nas tomadas de decisões, além de contribuir para nortear as práticas e metodologias educacionais, lembrando que para ser elaborado necessita da participação de todos os membros da comunidade escolar ou acadêmica no processo educativo (LÜCK, 2007).

Contudo, a partir das informações obtidas nesta etapa o próximo tópico dar prosseguimento as discussões sobre o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia a distância da UFMA, analisando as concepções dos docentes referentes aos aspectos pedagógicos, sistema de

comunicação, recursos humanos, infraestrutura, gestão acadêmico-administrativa e financeira, tendo como base os referenciais de qualidade para educação superior a distância.

4.2 Concepção docente em relação aos aspectos pedagógicos, de comunicação, recursos humanos, infraestrutura, gestão acadêmico-administrativa e sustentabilidade financeira

Dando continuidade à pesquisa, a terceira seção do questionário online investiga a concepção dos docentes em relação aos aspectos pedagógicos, de comunicação, recursos humanos, infraestrutura, gestão acadêmico-administrativa e sustentabilidade financeira, cujo primeiro questionamento destaca se o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de Pedagogia a distância apresenta claramente a concepção epistemológica de educação, de currículo, de ensino, de perfil do estudante que se pretende formar, dentre os sujeitos 2 (dois) concordam parcialmente, 1 (um) concorda totalmente e outro discorda parcialmente dessa informação.

Cabe ainda ressaltar que para obter um Projeto Pedagógico Curricular, alinhado as concepções epistemológicas de educação quer seja no aspecto curricular, no processo de ensino e no perfil do aluno, alicerçam o processo de ensino e aprendizagem propostos pelos princípios e diretrizes estabelecidos pelos referenciais de qualidade para educação superior a distância, assim, segundo Abreu e Lopes (2008), os processos de produção de materiais didáticos, de tutoria, de comunicação e avaliação serão desenvolvidos com mais qualidade.

Os docentes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) também foram questionados a respeito do sistema de comunicação da Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED) antigo Núcleo de Educação a Distância (NEAD), sendo que 3 (três) estão parcialmente insatisfeitos pela forma que o núcleo tem se comunicado com a comunidade interna e externa da universidade e 1 (um) está satisfeito parcialmente. Com base na concepção dos professores a universidade precisa melhorar o seu sistema de comunicação, por isso estão parcialmente insatisfeitos, então, percebe-se que esse sistema precisa ser melhorado e as tecnologias são as principais ferramentas responsáveis pela interação entre

professores, tutores e alunos, e ao mesmo tempo incentiva a autonomia e o estudante passa a se sentir mais amparado pela instituição (AMARAL e ROSINI, 2008).

Uma instituição que não possui um sistema comunicação de qualidade, necessita replanejar suas ações, detectando as falhas e conseqüentemente, criando estratégias para diminuir a sensação de isolamento entre os envolvidos no processo educativo. Nesse sentido, a interatividade surge neste instante de acordo com Oliveira (2003), como um dos principais aliados para estimular e motivar o estudante a estudar, pois num curso a distância, o aluno deve ser o centro do processo “educacional e a interação deve ser apoiada em um adequado sistema de tutoria e de um ambiente computacional, especialmente implementados para atendimento às necessidades do estudante” (BRASIL, 2007, p. 12).

Quando os sujeitos da pesquisa foram indagados em relação as experiências no núcleo de educação a distância da Universidade Federal do Maranhão, questionou se o material didático disponibilizado aos discentes estava alinhado ao Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de Pedagogia com o objetivo de promover habilidades e competências para facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre o estudante e o professor. Dentre os investigados, 2 (dois) concordam parcialmente e 2 (dois) discordam parcialmente que os materiais didáticos não estão alinhados na sua totalidade ao projeto pedagógico do curso de pedagogia.

O material didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma deve estar concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no projeto pedagógico, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando ao seu aperfeiçoamento. Em consonância com o projeto pedagógico do curso, o material didático deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatível com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo (RIBEIRO, 2008, p. 66-67).

Nesse sentido, a elaboração do material didático capaz de contemplar os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos previstos no projeto pedagógico de um curso a distância, deve ser feito por uma equipe multidisciplinar visando colaborar na aquisição de novos conhecimentos, habilidades e

competências em parceria com as tecnologias compatíveis ao contexto socioeconômico do alunado.

Com base neste exposto, Kenski (2006), destaca que as instituições de ensino para ofertarem cursos à distância, devem elaborar um projeto de mídias para auxiliar na tomada de decisões amparado pelo Projeto Pedagógico Curricular (PPC). Dessa forma, a autora apresenta no quadro 8 alguns critérios no formato de questões que fundamentam um plano de mídias para auxiliar na gestão de projetos a distância.

Quadro 8 – Critérios para formulação do plano de mídias

1. Em relação aos sujeitos envolvidos	
Alunos	Quem são os alunos? Onde eles estão? O projeto pretende atender a alunos portadores de deficiência? A mídia selecionada favorece o acesso e participação desses alunos? Existem alunos de outros países? Eles precisam ter fluência no idioma em que o curso será desenvolvido? Que tipo de mídias (suportes) eles precisam possuir ou acessar para realizar as atividades previstas no curso? De onde irão acessar e participar do curso (instituição, casa, espaços públicos, ambientes externos...)? Que tipo de fluência tecnológica eles precisam ter para uso das mídias selecionadas para o curso?
Professores Tutores	Quem são? Que tipo de formação possuem? De onde irão atuar (instituição, casa, espaços públicos, ambientes externos, estúdios de gravação...)? Que tipo de mídias (suportes) eles precisam possuir ou acessar periodicamente para realizar as atividades previstas no curso? Que tipo de suportes midiáticos (equipamentos) vão utilizar no curso? Eles precisarão de treinamento para o uso das mídias previstas para o curso? Qual o apoio técnico/tecnológico que terão durante o desenvolvimento do curso?
Equipe técnica, pedagógica e administrativa	Como será formada a equipe técnica, pedagógica e administrativa responsável pelo projeto? Além dessas equipes, haverá necessidade de outros profissionais? Quais? De onde irão atuar (instituição, casa, espaços públicos, ambientes externos, estúdios de gravação...)? Que tipo de mídias (equipamentos) irá utilizar? Como as equipes técnicas, pedagógicas e administrativas se articulam com os docentes e os alunos?
2. Em relação às mídias selecionadas	
Seleção de mídias	Que equipamentos (hardware, software, câmeras, etc.) serão necessários para o desenvolvimento do curso na instituição? Como será viabilizado financeiramente o uso das mídias no projeto (patrocínio, parcerias, terceirização, fundos próprios, cooperativas, verbas públicas, etc.)? Será necessário providenciar infraestrutura física para a oferta do curso com as mídias escolhidas?

Análise das mídias	A mídia é flexível e possibilita a interação entre todos os participantes do projeto? A mídia permite que os alunos caminhem no curso em seu próprio ritmo de aprendizagem? A mídia pode ser utilizada para o desenvolvimento de conteúdos de diversas áreas? A mídia pode ser utilizada para a realização de atividades diferenciadas pelos alunos?
3. Plano de Contingências	
Alunos	Caso haja alguma falha na mídia prevista para o desenvolvimento do curso, que caminho alternativo os alunos devem utilizar?
Professor tutor	Caso haja alguma falha na mídia prevista para o desenvolvimento do curso, que caminho alternativo o professor tutor deve utilizar?
Mídias	Qual a alternativa caso ocorra alguma falha nas mídias escolhidas?

Fonte: Kenski (2006).

Conforme o quadro 8, o plano de mídias para educação a distância possui alguns aspectos ligados a critérios voltados para auxiliar as instituições na tomada de decisões, dando suporte midiático para atender as expectativas do projeto pedagógico curricular. Neste instante, os questionamentos ora elencados por Kenski (2006), propõe reflexões para selecionar as mídias necessárias para realização de atividades educacionais, levando em consideração o público-alvo, os professores e/ou tutores, os objetivos propostos no PPC do curso a distância, as formas de avaliação, o caráter logístico, entre outras informações que influenciam na qualidade do curso a distância (BITTENCOURT, 2003).

Uma outra questão relacionada ao projeto pedagógico curricular direcionada aos professores, evidencia o processo de avaliação da aprendizagem dos estudantes e construção do conhecimento, sendo que todos concordaram parcialmente, ou seja, verifica-se que o projeto pedagógico apresenta um sistema avaliativo capaz de colaborar no processo de aprendizagem do aluno, além de estimular a aquisição e ampliação dos conhecimentos.

Conforme os Referenciais de Qualidade para Educação Superior o processo de avaliação incide sobre a aprendizagem e a avaliação institucional. A avaliação da aprendizagem, segundo este documento estabelece mecanismos para acompanhar a aprendizagem do aluno, identificando dificuldades e suprindo-as com a utilização de atividades, provas e exercícios voltados para estimular o raciocínio e aquisição de novos conhecimentos. Durante esse processo, os materiais precisam estar disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), lembrando que

as avaliações devem ser feitas “presencialmente” como determina o Decreto nº. 5.622/2005.

A avaliação institucional prever que a instituição construa um modelo de avaliação, inclusive uma ouvidoria com a finalidade de melhorar as condições de oferta dos cursos à distância e “deverá ser realizada continuamente com a participação dos estudantes, professores, tutores, e quadro técnico-administrativo (MANCINI, 2018, p. 8). A forma como esta avaliação será conduzida facilitará o processo de discussão entre todos os participantes do curso enquanto uma estratégia permanente para captar informações necessárias para aperfeiçoar o sistema pedagógico e a gestão.

Em relação a equipe multidisciplinar, 2 (dois) sujeitos da pesquisa concordam totalmente que há tutores, professores, corpo técnico-administrativo, coordenadores, dentre outros profissionais suficientes para colaborar no funcionamento e estruturação do curso de pedagogia a distância, sendo que 1 (um) concorda parcialmente e outro discorda totalmente. Mediante essa assertiva, Silva Júnior, Kato e Santos (2010), afirma que um curso de educação a distância deve possuir uma equipe multidisciplinar para colaborar na implementação e na execução das atividades administrativas e pedagógicas, como por exemplo: os docentes, tutores e pessoal técnico-administrativo. Nesse sentido, os docentes atuam como professores formadores desde a elaboração dos conteúdos (material didático), videoaulas, podcast, dentre outras funções. Já os tutores tanto a distância ou presencial, assumem um papel de suma relevância para mediar o processo pedagógico dos discentes de forma online e nos encontros presenciais no polo de apoio (CASTELLS, 1999; CORTELAZZO, 2009).

Em relação ao pessoal técnico-administrativo, a equipe multidisciplinar segundo Mancini (2018) deve ser composta pelos seguintes profissionais:

- a) Gerente de Projetos. Responsável pelo gerenciamento da equipe pedagógica composta por especialistas em educação a distância, tecnologia educacional, comunicação e multimídia.
- b) Equipe de design instrucional. Este profissional é tão importante quanto o gerente de projetos. Sua responsabilidade é a organização e a forma de apresentação do conteúdo do curso mediado pelas tecnologias da informação, provendo níveis de interação interatividade, atividades de avaliação e feedback.
- c) Equipe de arte. Responsável pela direção de arte, desenho gráfico, animações e ilustrações, e bem como a navegabilidade, usabilidade e aderência aos padrões internacionais de desenvolvimento de materiais para educação a distância.

d) Equipe de suporte técnico. Prover assistência contínua aos estudantes sobre o funcionamento do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), orientando-os na execução de procedimentos necessários para a participação do curso, como downloads de arquivos, instalação de programas, impressão ou resolução de problemas com a tecnologia.

e) Equipe tecnológica. Prover a gestão de sistemas que suportam um projeto EAD, implementando soluções tecnológicas por meio de soluções web ou aplicativos móveis. Também deverá manter a infraestrutura de hardware, software, gerenciamento de redes, banco de dados, integração de sistemas e atividades de desenvolvimento de materiais que precisam de programação. A equipe tecnológica trabalha em conjunto com a equipe de design instrucional.

f) Equipe de texto. Realizar a correção ortográfica, gramatical e de estilo do material didático, sem afetar o estilo do autor responsável pelo texto. O revisor técnico é o responsável pela verificação da navegabilidade, links, redirecionamento de páginas, aberturas de janelas, testes dos aplicativos móveis e também a atualização de recursos de informática como servidores e aplicativos (MANCINI, 2018, p.9).

Assim, torna-se possível afirmar na concepção dos docentes que a Universidade Federal do Maranhão dispõe de uma equipe de profissionais qualificados para atender e dar assistência aos alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia a distância.

Quando os docentes foram questionados se a Universidade Federal do Maranhão através da Diretoria de Tecnologia na Educação (DTED), dispõe infraestrutura material e física proporcional ao número de estudantes matriculados, 2 (dois) concordam parcialmente que o núcleo de educação a distância possui salas de aula, secretarias, polos de apoio presencial, internet, televisores, computadores, impressoras, laboratórios de ensino, etc., de acordo com a quantidade de alunos. Mas, 2 (dois) sujeitos da pesquisa discordaram totalmente, afirmando que a diretoria deveria disponibilizar mais materiais e estrutura física capaz de acomodar todos os discentes.

Nesta questão, observamos que as respostas estão divididas em “concordo parcialmente” e “descordo totalmente” na visão dos professores. Neste instante, os referenciais de qualidade surgem afirmando que uma instituição ao ofertar cursos à distância deve disponibilizar uma infraestrutura de apoio material e estrutura física na sede, nos polos de apoio presencial, na secretaria e/ou núcleo de Educação a Distância para dar suporte no planejamento, produção e organização dos cursos à distância.

Já em relação ao atendimento aos discentes, tornou possível identificar que 3 (três) professores concordam parcialmente que o sistema acadêmico está integrado com os demais serviços da instituição disponíveis da mesma forma para

os do ensino presencial enquanto 1 (um) docente discordou totalmente. Então, manter um atendimento e acesso a todos os serviços disponibilizados pela universidade quer seja para os alunos do ensino presencial e a distância, favorecem a integração dos discentes geograficamente distantes com os serviços disponíveis virtualmente, tendo as mesmas condições e suporte dos demais alunos do ensino presencial, tais como: matrícula, rematrícula, inscrições, solicitação de requerimentos, acesso as informações da instituição, secretaria, biblioteca, etc.

Para Pereira e Silva (2015), um curso a distância para alcançar resultados promissores deverá planejar o seu próprio referencial de qualidade como instrumento para colaborar na organização da instituição, criando um sistema administrativo para controlar o processo de tutoria, avaliação da aprendizagem e institucional, dispor também de um banco de dados com informações dos discentes, professores, tutores, coordenadores, dos equipamentos disponíveis, dos resultados das avaliações e atividades, entre outros.

Sendo assim, quando os processos acadêmicos e administrativos estão integrados com o sistema de educação a distância, estimula os estudantes a permanecerem no curso porque a interação acaba convalidando o processo de aprendizagem.

A penúltima questão, indagou se a Universidade Federal do Maranhão através da Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED), têm investido na produção de materiais didáticos, na capacitação das equipes multidisciplinares, na implantação de polos de apoio presencial, equipamentos, implantação de sistema de gestão e comunicação, etc., necessários para promover uma formação de qualidade. Dentre os investigados, 3 (três) concordam parcialmente neste investimento para oferecer um ensino de qualidade e apenas 1 (um) discordou parcialmente.

Conforme os sujeitos da pesquisa a Universidade Federal do Maranhão têm investido em ações para ofertar cursos à distância de nível superior e profissionalizante para a comunidade interna e externa, além de financiar a produção de material didático, capacitação de equipe multidisciplinar, implantação de polos de apoio presencial e demais recursos educacionais a serem disponibilizados pelo núcleo de educação a distância da IES. Lembrando que os recursos financeiros são disponibilizados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A última questão destacou a avaliação dos docentes sobre o curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal do Maranhão, onde 3 (três) consideram ser bom e 1 (um) afirma que o curso é regular. Dessa forma, na visão dos docentes o Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), tem contribuído positivamente na formação dos futuros pedagogos, pois, como afirma Menezes (2011, p. 82) “ensinar bem requer, além de conhecimento e competência, doses de responsabilidade e envolvimento emocional” e a universidade vem buscando alternativas e recursos para implementar ações que venha promover um fazer pedagógico democrático e autônomo, proporcionando mecanismos (habilidades e competências) para desenvolver processos de ensino e aprendizagem para a formação do aluno.

Mediante o exposto, a educação a distância é considerada a modalidade que tem promovido a democratização do Ensino Superior, principalmente na formação de professores enquanto uma estratégia capaz de romper as barreiras do ensino presencial. Por outro lado, o ensino a distância sempre foi visto como uma medida paliativa, isto é, “alternativa” no que se refere à tentativa de resolver as demandas sociais mais emergentes, passou a ter uma outra configuração ao longo da sua expansão, devido os “mecanismos de participação e descentralização flexíveis, com regras de controle discutidas pela comunidade e decisões tomadas por grupos interdisciplinares” o que torna a EaD em uma alternativa eficaz de ensino (MORAES, 1997, p. 68).

A partir desse contexto, verifica-se que a educação a distância discutida nas políticas de implantação e funcionamento deveria ser pensada levando em consideração a perspectiva didático-pedagógica, econômica, política e social. Como demonstrado por Oliveira (2009. p. 01),

Na perspectiva didático-pedagógica, com o estabelecimento de parâmetros de qualidade do ensino a partir do desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e hábitos relativos ao estudo, à profissão e a própria vida das pessoas; na perspectiva econômica, através da elevação mínima do patamar de conhecimento científico da futura força de trabalho (simples e complexa) de acordo com as exigências do novo paradigma produtivo; no plano político significando a afirmação do consenso em torno do padrão neoliberal [...] legitimando o novo modelo de participação na sociedade e a despolitização dos sujeitos coletivos; na perspectiva social, representando solidificação do novo individualismo como valor moral radical, a valorização do mercado enquanto regulador das relações sociais e na ressignificação das noções de igualdade e de liberdade, garantindo os fundamentos da nova cidadania.

Com base nos aspectos destacados por Oliveira (2009), torna possível compreender o modo emergencial em que a EaD passou a ser tratada como uma alternativa para expandir o ensino superior na década de 90. A partir das reformas educacionais que ocorreram nessa época, a educação a distância não era vista apenas como uma modalidade de ensino, mas como uma importante estratégia de governo para ampliar os cursos superiores direcionados para a formação de professores.

O crescimento do ensino a distância está vinculado em conjunto com a expansão e o aumento de vagas no Ensino Superior. Para Alonso (2010, p. 1320), falar da expansão da EAD, requer destacar dois temas recorrentes: a “democratização do acesso ao ensino superior e a necessidade da formação dos profissionais da educação, como fator para melhoria da qualidade do ensino fundamental e médio”.

Mesmo com a expansão da EaD através das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), conforme Sommer (2010), Alonso (2010) e Carlini e Tarcia (2010), ainda existe alguns entraves que ampliam as desconfianças em relação ao modo como o ensino é ofertado e a forma como os estudantes aprendem nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), além das possibilidades da massificação e a má qualidade de alguns cursos de formação docente.

Dessa forma, Dias Sobrinho (2010, p. 1228-1229), destaca que a qualidade da educação superior tem muito haver com os lugares relativos dos “indivíduos, os compromissos dos grupos numa dada formação social, as concepções de mundo e, particularmente, os papéis que os atores atribuem à educação superior”. Segundo este autor, mesmo levando em consideração a heterogeneidade nas concepções dos indivíduos no modo de enxergar o mundo e a sua formação social, ainda assim não teremos a possibilidade de construir uma educação de qualidade, devido as fragilidades que cercam as políticas educacionais, onde a falta de investimentos tem sido a principal causa.

A EaD tem alcançado uma posição promissora no mercado educacional por ser uma modalidade que vem crescendo ano após ano, como uma forma de cumprir a legislação, tal como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/96. Mas, esse crescimento desordenado para cumprir as exigências da lei, acarretou o barateamento de alguns cursos em especial o de formação de professores pelos valores baixos e o curto espaço de tempo para finalizar os cursos

em comparação com a educação presencial, possibilitou que muitas pessoas pudessem realizar o sonho de obter um diploma de nível superior, por exemplo (RIBEIRO, 2015; PEREIRA, 2017).

Sendo assim, perante todo este aparato teórico e prático, torna-se possível ressaltar que as Instituições de Ensino Superior (IES) ao ofertarem cursos de EAD, necessitam elaborar um projeto educacional curricular com base nos referenciais de qualidade para educação superior a distância, priorizando informações capazes de garantir a qualidade nos processos teóricos-metodológicos e organizacional da instituição. E a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) por meio da Diretoria de Tecnologias da Educação, elaborou o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia a distância juntamente com alguns docentes do Departamento de Educação I e II do Centro de Ciências Sociais (CCSO), definindo os aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura primordiais para que o processo de ensino e aprendizagem seja alicerçado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo científico, constatou-se que as políticas públicas direcionadas para a formação de professores à distância, possuem discursos que foram construídos e/ou reformulados com o passar dos tempos. Então, a educação a distância segundo a legislação tem estado presente em todas as modalidades de ensino, principalmente a nível superior. Mediante esse íterim, as políticas voltadas para a qualificação de professores da educação básica ao longo dos anos tornaram-se coadjuvantes no processo de ensino e aprendizagem na formação do professor e/ou dos profissionais de educação.

Além do Plano Nacional de Educação (PNE), os decretos, as leis e outros documentos oficiais discutidos ao longo do texto, também possuem sua parcela de contribuição na regulamentação da EaD, trazendo consigo uma bagagem de benefícios e vantagens no que concerne à expansão e ampliação da oferta do ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, tornando os estudos mais flexíveis e inovadores, impactando positivamente o cenário educacional brasileiro. Mais, vale ressaltar que a qualidade dos cursos de licenciatura a distância, também é um dos requisitos discutidos nas legislações em torno da formação docente, como elo para garantir a melhoria da Educação Básica e do Ensino Superior.

Observou-se nos documentos oficiais e no Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia a distância que a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), após vivenciar antigas experiências ligadas a EaD, ofertando cursos nessa modalidade mesmo sem autorização e perceber que inúmeras legislações surgiram em prol de uma educação capaz de qualificar profissionais de forma online, impulsionou na sua implantação dentro da universidade em 2004 e somente em 2006 obteve oficialmente autorização para ofertar cursos à distância. Então, a partir dessa perspectiva a educação a distância que a priori houve resistências e discussões por parte de alguns professores e profissionais de educação antes de sua implantação na universidade em relação ao seu processo de ensino e aprendizagem, mais com a criação de novos documentos legais que apontam a EaD como uma alternativa para os problemas educacionais, tal como: combater a má qualidade da educação, ausência de professores, contribuir

na expansão e democratização do ensino superior, dentre outros fatores, fez com que a UFMA, integrasse neste cenário educacional, ofertando cursos à distância, principalmente para formação e qualificação de professores. E, atualmente a EaD tornou-se parte das políticas institucionais, beneficiando a população maranhense com um ensino de qualidade, gratuito e para todos.

Vale destacar que a Universidade Federal do Maranhão por meio da Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED), elaborou todos os Projetos Pedagógicos Curriculares dos cursos ofertados pautado nos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância criado e financiado pelo Ministério da Educação pelo Projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB). Nessa perspectiva, os referenciais de qualidade têm auxiliado a universidade em relação a regulamentação, supervisão e avaliação dos cursos à distância, além de ser um guia para contribuir na elaboração de um Projeto Pedagógico Curricular (PPC) na modalidade de educação a distância.

No decorrer da pesquisa, tornou possível verificar no contexto da prática do ciclo de políticas de Ball e Bowe (1992), as concepções dos professores da Universidade Federal do Maranhão que atuaram como coordenadores em cursos ofertados através da Diretoria de Tecnologias da Educação (DTED) que a educação a distância é vista como uma modalidade de ensino não presencial mediada pelas tecnologias da informação e comunicação enquanto um ensino flexível, voltado para pessoas geograficamente dispersos que por algum motivo não teriam condições de frequentar um curso regular, optando assim, pelo ensino a distância. Conforme Preti (2002, p. 29), ao se falar de EaD, é necessário “não centrar o foco na ‘distância’, e sim nos processos formativos, na educação, fazendo recurso a abordagens contextualizadas, situadas, críticas e libertadoras da educação”.

Dando continuidade nos discursos dos sujeitos da pesquisa, destacaram que o Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia está alinhado aos aspectos epistemológicos de educação, ensino, currículo e perfil do aluno. Mas, por outro lado estão parcialmente insatisfeitos com o sistema de comunicação da Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED). Já os materiais didáticos, dois concordaram parcialmente e dois discordam parcialmente que estes estejam alinhados ao projeto pedagógico, dessa forma, torna-se possível destacar inclusive que todos os investigados concordaram parcialmente no processo avaliativo utilizado para colaborar no processo de aprendizagem do acadêmico.

Na visão dos professores, a equipe multidisciplinar disponível para contribuir na estruturação e funcionamento do curso de pedagogia a distância é suficiente para atender a demanda de alunos, mas, no quesito “infraestrutura material e física”, dois concordam parcialmente que a Universidade Federal do Maranhão dispõe de salas de aulas, polos de apoio, equipamentos, etc., e 2 discordam totalmente dessa afirmativa. Além disso, grande parte afirma que a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) tem investido em ações para promover uma educação de qualidade. Então, a partir deste contexto os docentes acabaram avaliaram o Curso de Licenciatura em Pedagogia a distância como sendo “bom”. Sendo assim, dentre os questionamentos realizados, o sistema de comunicação da universidade precisa passar por uma reformulação para incluir toda a comunidade interna e externa sobre os processos que ocorrem nesta Instituição de Ensino Superior (IES).

Nesse íterim, podemos afirmar que um curso superior na modalidade a distância para ser de qualidade necessita seguir normas, diretrizes e orientações de políticas educacionais voltadas para a formação de professores, principalmente os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a distância enquanto uma ferramenta crucial para colaborar desde a regulamentação, implantação, funcionamento e avaliação dos cursos, inclusive ter uma excelente estrutura física, materiais didáticos, equipamentos e uma equipe de profissionais qualificados e empenhados para promover um ensino-aprendizagem de qualidade.

Os discursos dos documentos legais direcionados para o ensino a distância, surgiram com a finalidade de romper com o pensamento de um tipo de educação defasada e pobre, abrindo espaço e acessibilidade as pessoas que não tiveram acesso e “oportunidades de estudar no ensino dito tradicional, ademais está carregado de receitas prontas vindas de órgãos internacionais, modelos de educação prontos como uma receita” (SANTANA, 2012, p. 22-23). Sendo assim, torna-se imprescindível a necessidade de refletir como as políticas de formação de professores a distância e as IES estão sendo pensadas na sua totalidade, já que a EaD tem sido demarcada como um mercado promissor para as empresas educacionais.

Portanto, neste contexto que o Brasil e o Maranhão têm ido em busca de novas alternativas e possibilidades para tentar romper com as desigualdades construídas ao longo da sua história com a educação a distância, desenvolvendo e

reformulando políticas públicas em educação, voltadas para contribuir na democratização do acesso à educação através da EAD. E a Universidade Federal do Maranhão tem sido uma das pioneiras na formação de professores nesta modalidade de ensino.

REFERÊNCIAS

ABREU, Rosana Gomes de; LOPES, Alice Casimiro. A comunidade disciplinar de ensino de química na produção de políticas de currículo. In: ROSA, Maria Inês Petrucci; ROSSI, Adriana Vitorino. **Educação química no Brasil: memórias, políticas e tendências**. Campinas – SP: editora Átomo, 2008.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. **Educ. Pesqui.** vol.29, n.2, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000200010>. Acesso em: 12 set. 2020.

ALMEIDA, Maria I.; PIMENTA, Selma G. **Estágios supervisionados na formação docente**. São Paulo: Cortez, 2014.

ALONSO, Kátia Morosov. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. **Educação & Sociedade**, 31(113), 1319-1335, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000400014&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 5 set. 2019.

AMARAL, R. C.; ROSINI, A. M. Gestão estratégica em programas de educação a distância: o impacto do processo de aprendizagem na construção do conhecimento. In: Congresso Internacional de Educação a Distância, 14., set. 2008, Santos. **Anais...** Santos: ABED, 2008. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/54200815803pm.pdf>>. Acesso em: 20 jan. de 2021.

BALL, Stephen; BOWE, Richard. **Subject departments and the "implementation" of National Curriculum policy: an overview of the issues**. Journal of Curriculum Studies, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS FILHO, Othon de Carvalho *et.al.* **Material de EAD para professores**. São Luís, UFMA/NEAD, 2010.

BECKER, F. **A epistemologia do professor: o cotidiano da escola**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

BELLONI, Maria Luiza. Tecnologia e formação de professores: rumo a uma Pedagogia pós moderna? **Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, n. 65, 1998.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação à distância**. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

BITTENCOURT, Dênia **Falcão de. Estratégia para a tomada de decisões para Educação a Distância**. Universidade Autônoma de México/Unisulvirtual. Tubarão: SC. 2003.

BOWE, Richard; BALL, Stephen; GOLD, A. **Reforming education e changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo: lei 9.394/96 - comentada e interpretada**. 4. Ed. São Paulo: Avercamp, 2010.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001167.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1998a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1998b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2561.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Lei no 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Manual de orientação do FUNDEF**. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Fundebef/manual2%5B1%5D.pdf> Acesso em: 15 mai. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. 2005a. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, sobre a educação a distância. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2005.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 2005b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006.** 2006a. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: <<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislação/decreto5800.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. 2006b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 261/2006** Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências. 2006c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer261.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. Referências de qualidade para cursos superior à distância. In. **Referenciais de qualidade para EAD.** Brasília, ago. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009.** Institui a Política Nacional de Formação de Professores do Magistério da Educação Básica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 jan. 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. **e-ProInfo** - Ambiente colaborativo de aprendizagem. Ministério da Educação. MEC. 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/114-conhecaomec-1447013193/sistemas-do-mec-88168494/138-e-proinfo>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional da Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 01 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm>. Acesso em: 23 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2017a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Portaria normativa, nº 11, de 20 de junho de 2017.** Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância,

em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. 2017b. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-Normativa-011-2017-06-20.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2019.

BRASIL. **Censo da educação superior de 2018**. 2019a. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/apresentacao_censo_superior2018.pdf>. Acesso em: 21 set. 2019.

BRASIL. **FUNDEF**. Disponível em: http://qese.edunet.sp.gov.br/fundef/saiba_mais.htm Acesso em: 15 mai. 2021.

BRASIL. **Ensino a distância**: polos UAB serão premiados pela CAPES. 2019b. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/36-noticias/9728-polos-uab-serao-premiados-pela-capes>>. Acesso em: 02 de nov. 2019.

BRASIL. **ProInfo – Apresentação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/proinfo>>. 2019c. Acesso em: 23 set. 2019.

CARLINI, Alda Luiza; TARCIA, Rita Maria Lino. **20% a Distância e agora?** orientações práticas para o uso da tecnologia de educação a distância no ensino presencial. São Paulo: Pearson, 2010.

CARVALHO, Rafael. **Tudo o que você precisa saber sobre o professor EAD**. 2018. Disponível em: <https://www.edools.com/professor-ead/#:~:text=O%20papel%20do%20professor%20EAD%20tem%20uma%20relev%C3%A2ncia%20muito%20maior,cooperativo%2C%20din%C3%A2mico%20e%20muito%20interativo>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação – economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Carvalho. **Prática pedagógica, aprendizagem e avaliação em educação a distância**. Curitiba: Ibpex, 2009.

DELORS, Jacques *et al.* **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília, DF.: MEC: UNESCO, 1998.

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade**. Campinas: Papirus, 1994. (Coleção Magistério-formação e trabalho pedagógico).

DEMO, Pedro. **A nova LDB**: marcos e avanços. Campinas: Papirus, 1997.

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade**. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

DIAS SOBRINHO, José. **Democratização, qualidade e crise da educação Superior**: faces da exclusão e limites da inclusão. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010. Disponível em: Acesso em: <<http://www.scielo.br/>

scielo.php?pid=S010173302010000400010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 out. 2019.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educação & Sociedade**, 28(100), 1203-1230, 2007.

FRIGOTO, Gaudêncio. Política e gestão educacional na contemporaneidade. In: FERREIRA, Elisa; OLIVEIRA, Dalila (Orgs.). **A crise da escola e políticas educativas**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 23 set. 2016.

GIOLO, Jaime. A educação a distância e a formação de professores. Campinas: **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 105: 1211-34, set./dez. de 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000400013>. Acesso em: 10 out. 2019.

GIOLO, Jaime. Educação a distância: tensões entre o público e o privado. **Educação & Sociedade**, 31(113), 1271-1298, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/12.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2019.

GOMES, Ana Carolina de Souza e Paula; SOUZA, Maria Inês Gomes. **Abordagem do ciclo de políticas segundo Stephen Ball**. 2011. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2011/Relatorios/CTCH/EDU/EDUAna%20Carolina%20de%20Souza%20e%20Paula%20Gomes.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

JUNGES, Kelen dos Santos; POVALUK, Maristela; SANTOS, Vanderlei Siqueira dos. O planejamento como elemento norteador da qualidade do processo de ensino e aprendizagem na educação a distância. In: **IX Congresso Nacional de Educação**; III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, Curitiba, 2009. Anais do IX EDUCERE. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2977_1395.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

KENSKI, Vani Moreira. Gestão e Uso das Mídias em Projetos de Educação A Distância. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 1, n. 1, dez. - jul. 2006. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecurriculum>, Acesso em: 10 jan. 2021.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. **Políticas públicas de EaD no ensino superior**: uma análise a partir das capacidades do Estado. Tese (doutorado) –

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2013.

LIMA, Edileide Santos. **Evasão na modalidade a distância: um estudo no curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância da UEMA**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cultura e Sociedade – PGCULT. São Luís – MA, 2015. Disponível em: <<http://www.pgcult.ufma.br/wp-content/uploads/2017/01/EVASAO-NA-MODALIDADE-A-DISTANCIA.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

LITWIN, E. **Educação a distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

LOBO NETO, Francisco Silveira. **Educação a distância: regulamentação**. Brasília: Plano Editora, 2000.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de Políticas educacionais. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MAINARDES, Jefferson. **A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional**; *Jornal de Políticas Educacionais*. v.12, n.16, ago. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/articloe/view/59217/36164>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MANCINI, Mônica. **Projeto pedagógico do curso de EAD e os referenciais de qualidade para educação superior à distância do MEC**. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326020530_PROJETO_PEDAGOGICO_D_O_CURSO_DE_EAD_E_OS_REFERENCIAIS_DE_QUALIDADE_PARA_EDUCACAO_SUPERIOR_A_DISTANCIA_DO_MEC/link/5b3640c8a6fdcc8506dc9135/download. Acesso em: 22 jan. 2021.

MARANHÃO. **Educação básica e superior no Maranhão: resoluções normativas e discussões pertinentes**. Conselho Estadual de Educação do Maranhão. – São Luís: EDUFMA, 2019.

MENDES, Ana Gardenia Lima Martins. **Estilos de aprendizagem no espaço virtual: um estudo com alunos dos cursos a distância da Universidade Federal do Maranhão – UFMA**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cultura e Sociedade – PGCULT. São Luís – MA, 2015. Disponível em: <<http://www.pgcult.ufma.br/wpcontent/uploads/>

2017/01/ESTILOS-DEAPRENDIZAGEM-NO-ESPACO-VIRTUAL.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

MELLO, Carlos Henrique Pereira. **Gestão da Qualidade**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

MENEZES, Luis Carlos. A escola dos últimos 25 anos. In: **Revista Nova Escola**. nº 239, p. 146, janeiro/fevereiro, 2011.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Pioneira, 2011.

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. Campinas: Papirus, 1997.

MORAN, José. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2012.

NASCIMENTO, A. F. **Educação a distância e fetichismo tecnológico: estado e capital no projeto de ensino superior no Brasil**. 2011. 233f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2011.

OLIVEIRA, Gerson Pastre de. Sistemas computacionais e avaliação formativa: uma experiência em contextos semipresenciais e a distância. São Paulo, **Argumento**, ano V, n.10, 2003, p. 131-152.

OLIVEIRA, Daniela Motta de. Educação a distância e formação de professores em nível superior no Brasil. In: Reunião da Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 32, 2009. Minas Gerais. **Anais Eletrônicos**. Caxambu/MG, 2009.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. Perspectivas para a educação a distância no Brasil: referenciais de qualidade, releituras e trajetórias. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos: UFScar, v.4, n.2, nov, 2010. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reeduc/article/viewFile/80/98>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

PEREIRA, Rodrigo da Silva; SILVA, Maria Abádia. A educação fotografada pelo Pisa e difundida pela OCDE. In: CUNHA, Célio; SOUSA, José Vieira; SILVA, Maria Abádia. (Orgs.). **Internacionalização da educação: discursos, práticas e reflexos sobre as políticas educativas**. Belo Horizonte: Fino Traço; Brasília: UnB, 2015

PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues; MORAES, Raquel de Almeida; TERUYA, Teresa Kazuko (Orgs.). **Educação a distância (EaD): reflexões críticas e práticas**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. Disponível em: https://www.ead.unb.br/arquivos/livros/ead_reflexoes_critica_praticas.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

PEREIRA, Adriana Soares [et. al]. **Metodologia da aprendizagem em EAD**. - 1. ed. -Santa Maria, RS: UFSM, 2017. Disponível em: https://nte.ufsm.br/images/identidade_visual/Metodologiaaprendizagem.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

PESQUISA DOCUMENTAL. **Metodologia da pesquisa**. 2016. Disponível em: <<http://pesquisadocumental.blogspot.com.br/p/o-conceito-de-pesquisa-documental.html>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

PRETI, Orestes. Educação a distância e globalização: tendências e desafios. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 79, n.191, jan/abr., 1998.

PRETI, Orestes. **Fundamentos e políticas em Educação a Distância**. Curitiba: Ibpx, 2002.

PRETI, Orestes (Org.). **Educação a Distância: Sobre discursos e práticas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

PRETI, Orestes. **Educação a distância: fundamentos e políticas**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

PUCCI, B. **Educação a Distância (EAD) virtual e formação de professores no Brasil: considerações sobre as políticas educacionais a partir de 1996**. Piracicaba: UNIMEP, 2010.

RIBEIRO, Luis Otoni Meireles. **Planejamento e gestão de um centro de Educação a Distância (CEaD) voltado para educação profissional e tecnológica: um estudo de caso**. 2008. 316 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Centro de estudos interdisciplinar em novas tecnologias da educação, Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17243>. Acesso em: 20 jan. 2021.

RIBEIRO, Renata Aquino. **Introdução à EAD**. São Paulo: Pearson, 2015.

SALVUCCI, M.; LISBOA, M. J.; MENDES, N. C. Educação a distância no Brasil: fundamentos legais e implementação. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, v. 11, p. 49-62, set. 2012.

SANTANA, Ana Flávia Ribeiro. **Educação a distância, políticas públicas e seus desdobramentos na formação dos professores de história**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia do Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia – MG, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16434/1/d.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2019.

SANTOS, João Francisco Severo. Avaliação no ensino a distância. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 38, n. 4, p. 1-9, 2006. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2645>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. (2009). ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior. **Pro-Posições**, 20(2), 205-222, 2009.

SILVA, Janssen Felipe da Silva; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SILVA, Maria Abádia da. **A questão docente nas políticas públicas**. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. Políticas públicas de educação na América Latina: lições aprendidas e desafios. Campinas/SP: Autores Associados, 2011.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; KATO, Fabíola; SANTOS, Silvia Alves. Políticas públicas para formação a distância: implicações políticas e teóricas. In: SOUZA, Dilenio Dustan Lucas; SILVA JUNIOR, João dos Reis; FLORESTA, Maria das Graças Soares (Orgs.). **Educação a Distância: diferentes abordagens críticas**. São Paulo: Xamã, 2010.

SILVA, Jussara Borges; NUNES, Claudio Pinto. Políticas de formação de professores na modalidade da educação a distância no Brasil: uma análise histórica. **ESUD – XXI, Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância**, Florianópolis – SC, UNIREDE, 2014.

SOMMER, Luís Henrique (org.). Educação a distância e formação de professores: problemas, perspectivas e possibilidades. **Em aberto**, v. 23, n. 84, INEP/Brasília, nov. 2010. Disponível em: Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1787/1351>>. Acesso em: 08 set. 2019.

UFMA. **Projeto pedagógico do curso de pedagogia licenciatura na modalidade à distância**. Núcleo de Educação a Distância da Universidade Federal do Maranhão (NEAD-UFMA), 2007. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/Oc0sXZD9CxtFrI9.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

UFMA. **Plano de desenvolvimento institucional – 2012/2016**. Universidade Federal do Maranhão. 2012. Disponível em: http://www.ufma.br/arquivos/pdi_ufma_18_10_2012.pdf. Acesso em: 26 nov. 2019.

UFMA. **Projeto pedagógico do curso de pedagogia licenciatura na modalidade à distância**. Núcleo de Educação a Distância da Universidade Federal do Maranhão (NEAD-UFMA), 2013a.

UFMA. **Projeto Político Pedagógico do curso de licenciatura em matemática na modalidade à distância**. Núcleo de Educação a Distância da Universidade Federal do Maranhão (NEAD-UFMA), 2013b. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/Gpm4exdlwmLT3Bw.pdf>>. Acesso em: 20 de nov. 2019.

UFMA. **Plano de desenvolvimento institucional – 2017/2021**. Universidade Federal do Maranhão. 2017. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/puwEW8dc9aoshs4.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

UFMA. **Apresentação**. Núcleo de Educação a Distância - NEAD. Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: <http://portais.ufma.br/PortalUnidade/nead/paginas/pagina_estatica.jsf?id=294>. Acesso em: 9 de out. 2019.

UFMA. **Suspensão do calendário acadêmico**. DINTE. 2020. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalUnidade/dinte/paginas/noticias/noticia.jsf?id=55915>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

VEIGA, Ilma Passos Alencasto. **Projeto Político Pedagógico da Escola:** uma construção possível. São Paulo: Papirus Editora, 2004.

VILLARDI, Raquel; OLIVEIRA, Eloisa. **Tecnologia na educação:** uma perspectiva sócio-interacionista. Rio de Janeiro: Dunya, 2005

ZORDAN, Giselli Ramos. **Estudo sobre os fatores que influenciam a evasão no curso de administração da UFMA, na modalidade a distância, no polo presencial de Porto Franco – MA.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cultura e Sociedade – PGCULT. São Luís – MA, 2012. Disponível em: <<http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/bitstream/tede/37/1/Dissertacao%20Giselli.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – 1ª Etapa do Questionário Online - Convite de participação**PESQUISA SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA NO
CONTEXTO DA PRÁTICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFMA**

Prezado(a) Professor(a),

Me chamo Francilva Costa de França, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (PPGE/UFMA) e, sob orientação do Prof. Dr. Ângelo Rodrigo Bianchini, estou realizando a coleta de dados da minha pesquisa de dissertação através de questionário online que tem como objetivo analisar as políticas de formação de professores a distância, buscando apreender como elas foram compreendidas e (re)significadas durante o processo de implementação e desenvolvimento do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Maranhão. Dessa forma, venho solicitar sua colaboração para ajudar na conclusão deste estudo científico.

Concorda em participar da pesquisa?

Sim ()

Não ()

APÊNDICE B – 2ª Etapa do Questionário Online - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado, intitulada: Políticas de Formação de Professores a Distância: um estudo sobre o contexto da prática no Curso de Pedagogia da UFMA. Os participantes deste estudo serão os professores da UFMA que participaram da elaboração do Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade a distância, onde terão a oportunidade de responder um questionário online. A pesquisa tem como objetivo principal analisar as políticas de formação de professores a distância, buscando apreender como elas foram compreendidas e (re)significadas durante o processo de implementação e desenvolvimento do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Maranhão. O(a) senhor(a) ao aceitar participar da pesquisa deverá:

1. Aceitar eletronicamente sua participação, cuja autorização do aceite ocorrerá através da confirmação sinalizada com o termo “Concordo”.
2. A pesquisa não apresenta riscos por envolver apenas as respostas do questionário online, o qual foi elaborado com o intuito de que o tempo gasto para seu preenchimento seja em média de 10 a 15 minutos.

Para garantir a confidencialidade e a privacidade dos indivíduos, todos os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente com finalidade científica, conforme previsto no consentimento do participante.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer necessidade de justificativa. Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a elaboração dos resultados e discussões da dissertação de mestrado. Lembramos que sua identidade será mantida em absoluto sigilo.

Qualquer dúvida, entre em contato com a pesquisadora responsável pelo estudo, a mestrandia Francilva Costa de França pelo telefone (98) 98842-5347 / e-mail: francilva.franca@discente.ufma.br ou, com o Prof. Dr. Ângelo Rodrigo Bianchini (Orientador) no e-mail: ar.bianchini@ufma.br.

• Consentimento de Participação:

- () Concordo
- () Não concordo

APÊNDICE C – 3ª etapa do Questionário Online – “Questões da 1ª, 2ª e 3ª seção”**QUESTIONÁRIO ONLINE****I. Seção - DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS**

1. Nome _____

2. Sexo

() Feminino

() Masculino

3. Faixa Etária

() 30 a 38 anos

() 39 a 47 anos

() 48 a 56 anos

() 57 a 65 anos

() Acima de 65 anos

4. Última formação acadêmica

() Especialista

() Mestrado

() Doutorado

() Pós-Doutorado

5. Tempo de atuação na UFMA

II. Seção - EM RELAÇÃO AO PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR (PPC) DO CURSO DE PEDAGOGIA À DISTÂNCIA DA UFMA

6. Sobre sua participação no curso de Pedagogia à distância da UFMA, você possuía conhecimentos ou experiência com a EaD?

() Sim

() Não

() Prefiro não responder

7. Qual sua concepção sobre “Educação à Distância”?

8. Você conhecia os Referenciais de Qualidade em EaD?

() Sim

() Não

() Prefiro não responder

9. Têm conhecimento de como foi o processo de elaboração do PPC do curso de Pedagogia à distância da UFMA?

- ☐) Sim
- ☐) Não
- ☐) Prefiro não responder

10. Participou da elaboração do PPC de 2013?

- ☐) Sim
- ☐) Não
- ☐) Prefiro não responder

III. Seção - EM RELAÇÃO AOS ASPECTOS PEDAGÓGICOS, DE COMUNICAÇÃO, RECURSOS HUMANOS, INFRA-ESTRUTURA, GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, RESPONDA:

11. O PPC do curso de Pedagogia a distância, apresenta claramente sua concepção epistemológica de educação, de currículo, de ensino e de perfil do estudante que se deseja formar?

- ☐) Concordo Totalmente
- ☐) Concordo Parcialmente
- ☐) Discordo Totalmente
- ☐) Discordo Parcialmente
- ☐) Não sei opinar

12. Como você avalia o sistema de comunicação da DTED/UFMA (antigo NEAD)?

- ☐) Totalmente Satisfeito(a)
- ☐) Satisfeito(a) Parcialmente
- ☐) Parcialmente Insatisfeito(a)
- ☐) Totalmente Insatisfeito(a)
- ☐) Não sei opinar

13. Da sua experiência na DTED, o material didático alinhado ao PPC do curso de Pedagogia tem promovido habilidades e competências para facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre o estudante e o professor?

- ☐) Concordo Totalmente
- ☐) Concordo Parcialmente
- ☐) Discordo Totalmente
- ☐) Discordo Parcialmente
- ☐) Não sei opinar

14. Na sua opinião, o PPC do curso de Pedagogia a distância apresenta um modelo de avaliação da aprendizagem capaz de verificar o progresso dos estudantes e estimular a construção do conhecimento?

- ☐) Concordo Totalmente
- ☐) Concordo Parcialmente
- ☐) Discordo Totalmente
- ☐) Discordo Parcialmente
- ☐) Não sei opinar

15. O curso de Pedagogia a distância possui uma equipe multidisciplinar (tutores, docentes, corpo técnico-administrativo, etc.) necessária para sua estruturação e funcionamento?

- ☐) Concordo Totalmente
- ☐) Concordo Parcialmente
- ☐) Discordo Totalmente
- ☐) Discordo Parcialmente
- ☐) Não sei opinar

16. A DTED, dispõe de infraestrutura material (televisores, computadores, impressoras, internet, etc.) e estrutura física (salas de aula, secretarias, polos de apoio presencial, laboratórios de ensino, etc.), proporcional ao número de estudantes?

- ☐) Concordo Totalmente
- ☐) Concordo Parcialmente
- ☐) Discordo Totalmente
- ☐) Discordo Parcialmente
- ☐) Não sei opinar

17. O sistema acadêmico dos alunos à distância do curso de Pedagogia está integrado com os demais serviços da instituição disponíveis da mesma forma para os do ensino presencial?

- ☐) Concordo Totalmente
- ☐) Concordo Parcialmente
- ☐) Discordo Totalmente
- ☐) Discordo Parcialmente
- ☐) Não sei opinar

18. A UFMA, através da DTED tem investido na produção de materiais didáticos, na capacitação das equipes multidisciplinares, na implantação de polos de apoio presencial, equipamentos, implantação de sistema de gestão e comunicação, etc., necessários para promover uma formação de qualidade?

- ☐) Concordo Totalmente
- ☐) Concordo Parcialmente
- ☐) Discordo Totalmente
- ☐) Discordo Parcialmente
- ☐) Não sei opinar

19. Como você avalia o curso de Pedagogia a Distância da UFMA?

- ☐) Ótimo
- ☐) Bom
- ☐) Regular
- ☐) Ruim

20. Caso deseje conhecer os resultados desta pesquisa, insira seu e-mail.
